tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 330 • Maio de 1988 • Cz$ 80,00

DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O custo do desenvolvimento?

tempo e presença

Revista mensal do CEDI

Maio 88

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (021) 205-5197
Telex: 021 37982 CIED BR

Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Telefone: (011) 825-5544
Telex: 011 26561 ECUM BR

Conselho Editorial
Aloizio Mercadante Oliva
Carlos Rodrigues Brandão
José Oscar Beozzo
José Roberto Pereira Novaes
Luiz Eduardo Wanderley
Milton Schwantes
Rubem Alves

Editor
Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente
Marco Antônio Piva

Jornalista Responsável
Marco Antônio Piva
Reg. Prof. nº 12.911

Secretário de Redação
Flávio Irala

Revisão
Rosana de Lima Soares

Diagramação e Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Capa
Luiz Rodolfo Trimano

Fotolito, Impressão e Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:
Cz$ 80,00

Assinatura anual
Cz$ 700,00

Assinatura de apoio
Cz$ 1.000,00

A revista *Tempo e Presença* nos foi apresentada em sala de aula e me interessei muito. Gostaria de assiná-la e receber o número de março/88 que trata da Comunicação.

Aproveito para fazer três correções no artigo "Canal 13, TV Fanini" (nº 228):

1) O nome da esposa do pastor Fanini é Helga e não Helen;

2) O pastor foi presidente da Convenção Batista e não da Comissão;

3) O deputado citado é Harolde de Oliveira e não Haroldo.

Rozani Maria Ferreira Santos
Volta Redonda, RJ

Você tem razão, Rozani. Obrigado.

Estamos acompanhando o trabalho popular e coordenando os trabalhos das comunidades eclesiais de base, bem como dando aula de realidade brasileira em um curso. A revista *Tempo e Presença* tem servido muito em nosso trabalho. Aconselhei aos meus alunos a assinatura deste periódico.

Raimundo de Brito Neto
Fortaleza, CE

Gostaria de comunicar-lhes que admiro muito a revista com seus temas tão bem escolhidos, ricos e críticos. Parabéns! Nos últimos dois anos que estive em Canoas (RS) foi uma das bibliografias que mais li. Agora estou aqui na periferia de Manaus, no meio do povo pobre. Gostaria muito de ter a assinatura da revista e continuar a enriquecer o trabalho popular com a leitura e reflexão produzida por ela.

Ir. Nelcy Teresinha Zvirtes
Manaus, AM

Há mais de um ano venho lendo a revista *Tempo e Presença*, mas só a partir deste ano é que me foi possível assiná-la devido à carência de recursos em virtude do desemprego em nossa região. Antes apreciava e lia porque alguém aqui em nossa comunidade assina, então sempre me emprestou.

Gostaria de parabenizar vocês por este maravilhoso trabalho de divulgação, informação e denúncia. Sempre gostei das informações prestadas. Aqui em nossa comunidade a revista *Tempo e Presença* é mais um subsídio utilizado por nós, jovens, em reflexões, debates, palestras e práticas. Também utilizamos para passar informações à comunidade e ainda no colégio de primeiro grau.

Contem com a minha amizade.

Sandoval Carvalho de Macedo
Canudos, BA

O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo vem, por meio desta, solicitar de V. Sª a especial gentileza de nos ceder em doação números da revista *Tempo e Presença* dedicada aos negros e à mulher. Esperando contar com sua valiosa colaboração, apresentamos nossos protestos de consideração e apreço.

Vereadora Ida Maria
Presidenta
São Paulo, SP

Aconteceu

Assinatura anual Cz$ 400,00

América Latina: US$ 60 América do Norte: US$ 85 Europa, África e Ásia: US$ 100

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o **CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação** — Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241 — Rio de Janeiro — RJ

LEVANTAMENTO POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Volume 3 — Amapá/Norte do Pará	Cz$	960,00
Volume 5 — Javari	Cz$	620,00
Volume 8 — Sudeste do Pará (Tocantins)	Cz$	900,00

ACONTECEU ESPECIAL

Trabalhadores rurais 1980	Cz$	140,00
Trabalhadores rurais 1981	Cz$	140,00
Trabalhadores urbanos 1980	Cz$	140,00
Trabalhadores urbanos 1981	Cz$	140,00
Fiat 1981	Cz$	140,00
Povos indígenas no Brasil 83	Cz$	480,00
Povos indígenas no Brasil 84	Cz$	680,00
Povos indígenas no Brasil 85/86	Cz$	1.360,00

CADERNOS DO CEDI

Igrejas: desenvolvimento e participação popular	Cz$	200,00
Canavieiros em greve	Cz$	280,00
Educação popular: alfabetização e primeiras contas	Cz$	280,00
6ª Assembléia do CMI	Cz$	400,00
Deixai vir a mim os pequeninos	Cz$	200,00
Unidade e prática da fé	Cz$	300,00
Onze de abril: o dia da audácia	Cz$	300,00

Índice

Meio ambiente

4 ECOLOGIA NA PERSPECTIVA DOS TRABALHADORES
Maurício Waldman

6 OBRAS DO DESTINO: O AMBIENTALISMO OFICIAL
Eduardo Viveiros de Castro e Lucia Andrade

9 IMPACTOS AMBIENTAIS DOS GRANDES PROJETOS
Flávio Limoncic

11 DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E POVOS INDÍGENAS
Steve Schwartzman

14 NATUREZA E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
Mary Helena Allegretti

16 AGRESSÕES EXTERNAS AO MEIO AMBIENTE BRASILEIRO
Paulo Schilling

19 "NINGUÉM SABE O QUE VAI ACONTECER"
Entrevista com José Lutzemberg

21 O PERIGO DA ESCASSEZ
José Eduardo de Campos Siqueira

23 MORTE EM SILÊNCIO
Clara Ant

26 DO ÊXODO LIBERTADOR À VISÃO DA CRIAÇÃO: UMA PROPOSTA DE VIDA
Zwínglio Mota Dias

Rubem Alves

28 A ALDEIA QUE NUNCA MAIS FOI A MESMA

América Latina

30 CHILE - DEMOCRACIA: SIM OU NÃO?
Enrique Correa

Bíblia hoje

32 ECOLOGIA: CUIDAR DA PRÓPRIA CASA
Lori Altmann

Anote

34 PRÊMIO PARA FREI BETTO
SION: 100 ANOS NO BRASIL

Livros

35 OCUPAÇÃO PERIGOSA
Gerôncio Albuquerque Rocha

Última página

LEONARDO DA VINCI

Preservação do meio ambiente: luta democrática e política

Acentuou-se fortemente, nos últimos anos, o debate sobre o meio ambiente. Nota-se, entretanto, que existem ainda questões merecedoras de melhor aprofundamento.

O próprio discurso sobre os impactos ambientais pode ser facilmente distorcido e servir, ao contrário do que insinua, para encobrir propostas políticas e intenções econômicas desfavoráveis aos interesses populares. Relaciona-se, com muita facilidade, a agressão à natureza como necessidade imprescindível ao processo de desenvolvimento. Aqui reside uma questão que precisa ser discutida. O que realmente se conceitua como desenvolvimento, quem paga o seu custo e a quem ele serve? Muitas facetas devem ser consideradas nesse debate, tais como a apropriação privada da natureza; a partir de que ponto-de-vista se discute, qual é o verdadeiro sujeito do meio ambiente; o tipo de intervenção que se quer efetuar, a internacionalização dos projetos etc.

Com muito simplismo aceita-se a afirmação de que "o homem destrói a natureza". Que homem é este? Como se representa? Pelo Estado, pelos grandes interesses internacionais? Pela necessidade de produção para gerar divisas?

E quem paga o custo dessa destruição? Quantas comunidades inteiras são dizimadas e quantos milhões de trabalhadores tem suas vidas reduzidas pela poluição do ar, da água, dos alimentos? A luta ecológica precisa alcançar outro patamar de discussão, para não ser colocada de forma completamente pervertida. Os grandes projetos econômicos se apresentam como salvadores da pátria, mas no fundo servem a quem? As imobiliárias destroem as reservas naturais e se apresentam como propagandistas do verde. As lagoas são poluídas por loteamentos irregulares e se intitulam como formas de desfrutar as belezas da natureza.

Também no campo da teologia da criação há muito a ser trabalhado. A interpretação literalista da Bíblia começa a ser ultrapassada. Hoje entende-se um Deus presente na história humana e não apenas um gerador do universo e da vida, alheio ao que acontece, encerrado numa auto-suficiência egoísta.

Neste número de Tempo e Presença *pretendemos ampliar as reflexões sobre as relações do chamado desenvolvimento e os impactos ambientais. Apresentamos alguns artigos que tratam de uma nova conceituação da questão, outros que indicam as vinculações internacionais do problema e trabalhos que mostram o custo social da degradação da natureza. Na parte bíblico-teológica desenvolvem-se considerações que podem avançar a compreensão do sentido da criação.*

Ainda nesta edição queremos destacar a publicação de um encarte importante que indica a decisiva posição das Igrejas com referência à dívida externa. É um documento para ser divulgado e debatido nas comunidades.

*

No fechamento desta edição, recebemos a notícia do falecimento do sociólogo Eder Sader, nosso amigo e colaborador. Ele era hemofílico e contraiu Aids numa transfusão de sangue, provavelmente em 1984. Uma vez mais o descaso de um governo conivente com os bancos de sangue mata um apaixonado defensor da vida e dos interesses populares. Até quando?

Ecologia na perspectiva dos trabalhadores

Ag. Folhas

A crise ambiental atinge um nível sem precedentes na história da humanidade. Mas não basta apontar responsáveis indiferenciados. A politização da luta ecológica é uma necessidade para solucionar o problema fundamental: a apropriação privada da natureza.

Maurício Waldman

Inicialmente, há uma questão aparentemente simples, mas decisivamente complexa: quem, afinal de contas, destrói o meio ambiente? Seria o "instinto predatório" da espécie humana? Responsabilizaríamos a "atividade industrial"? Ou seria, então, uma exclusiva responsabilidade do "homem"? Tais pontos de vista, trabalhados sistematicamente no âmbito educacional (em especial pela geografia dita "didática"), pela comunicação de massa (ao estilo do Globo Repórter), determinaram um "senso-comum" de nítida carga ideológica, já que mascaram as causas reais do processo de depredação do meio natural.

Ora, é uma descomunal cegueira política falar em desequilíbrio ambiental apontando-se responsáveis tão indiferenciados quanto "atividade industrial", "homem" etc. De que "homem" ou "atividade industrial" estamos, enfim, falando? Em uma sociedade dividida em classes como a nossa este "homem" estaria identificado com o proprietário dos meios de produção ou com o trabalhador em tese "livre e assalariado"? Em outras palavras: em uma companhia de celulose que devasta a floresta, colocaríamos em um mesmo plano o proprietário e o trabalhador, ou seria necessário fazer um "corte social" para melhor identificar o problema?

Esta questão parece bem respondida por Carlos Walter Porto Gonçalves, em "Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico" (*Anais do 4º Encontro Nacional de Geógrafos*, julho de 1980). Diz ele: "É preciso ir além daquela formulação tão em voga nos movimentos ecológicos de que os homens estão destruindo a natureza", já que "se um trabalhador opera uma serra elétrica que derruba milhares de árvores em algumas horas, não se pode responsabilizá-lo por esse ato sem que enfoquemos as relações sociais sob as quais vive". Assim, é necessário recordar que vivemos em um regime regido por uma divisão social do trabalho onde a uns cabem as decisões e a outros, o cumprimento de diretrizes previamente traçadas. O caráter privado da propriedade no regime capitalista determina uma apropriação privada da natureza, seja em escala local, nacional ou mesmo mundial, dado o caráter de internacionalização do capitalismo.

Novo enfoque

Isso posto, podemos redimensionar a discussão ecológica: não mais se trataria de uma luta "poética" ou simplesmente preservacionista, mas de uma luta política, econômica, social e ideológica, pois é cada vez mais difícil analisar o problema sem envolver direta ou indiretamente a questão da forma de apropriação da natureza. A partir do momento em que o capitalismo tornou-se hegemônico, o que está em discussão é se a natureza deverá ou não continuar nas mãos do proprietário (mascarado pelo "homem"), ou então haver uma reformulação geral na relação homem/natureza. Como afirma Ruy Moreira, "separada dos meios de produção

e, por conseguinte, do produto do seu trabalho, a massa de trabalhadores protesta contra o ar e a água poluídos, o absurdo dos descartáveis amontoados nas lixeiras, o enguiço freqüente dos eletrodomésticos comprados a prestação, o aluguel e o preço especulativo da terra, o desperdício dos alimentos pelas classes abastadas (...) a classe trabalhadora inconscientemente ou não, reage contra o uso do seu trabalho e da natureza que fazem os que dela se apropriam" ("Geografia, ecologia, ideologia: a totalidade homem-meio (espaço e processo de trabalho)" in *Geografia: Teoria e Crítica*, Vozes, 1982).

Ora, esta releitura da questão ecológica, preocupada com a ótica dos trabalhadores, não é absolutamente recente. Pode-se resgatar muitos pressupostos assinalados por Marx e Engels. Esta questão está, por exemplo, na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, em que Engels denuncia o barulho, a água infectada, as casas insalubres como fatores degradados do meio ambiente que atingiam a classe operária da época. O silêncio histórico que pesou sobre esta questão encontra sua justificativa no fato de a classe operária ter sido por muito tempo a vítima exclusiva da degradação ambiental. Apenas na atualidade, quando a "crise ecológica" atinge vastos segmentos da pequena-burguesia (principalmente a classe média) e a degradação crescente impede o ocultamento da discussão, é que ela passa a ganhar espaço nos meios de comunicação, promovendo inclusive, dada a sua popularidade, o surgimento de determinada literatura especializada.

A queda da chamada "qualidade de vida" torna-se um assunto do dia-a-dia, daí a preocupação pelo mascaramento do problema, ou ainda, para a indignação de muitos, adota-se uma série de estratégias pelas quais o sistema instrumentaliza o problema a seu favor (é o caso das imobiliárias — grandes responsáveis por desmatamentos — que fazem propaganda do "verde" após destruí-lo). Na lógica do capitalismo, é necessário destruir a natureza para então transformá-la em mercadoria.

Luta democrática

Assim, a luta ecológica ganha outro contorno, muito diferente do enfoque do "ecologismo" (visão a-classista do problema), que inclusive foi incorporado sem grandes dificuldades pela ideologia dominante. Posicionando a discussão nos marcos de uma visão classista, a luta ecológica transforma-se em uma grande bandeira democrática, que pode aglutinar vastos setores sociais preocupados com a devastação acelerada do planeta. Ainda que muitos não percebam ela é, também, uma luta potencialmente socialista ao negar um sistema historicamente negador da vida. Afinal, não há nada mais anti-capitalista do que promover a vida.

Estas ponderações são politicamente importantes: para muitos "marxistas", o Terceiro Mundo não constituiria uma região "apropriada" para preocupações ambientais. Existiriam "lutas gerais", "causas mais importantes" para as quais os progressistas deveriam reservar suas energias, sem desperdiçá-las com "problemas menores". O grande equívoco destas correntes de esquerda parece residir em uma leitura superficial do próprio marxismo, através da qual passa-se a fazer uma verdadeira apologia do "desenvolvimento das forças produtivas" promovida pelo capitalismo, esquecendo-se que se elas representam uma condição para o surgimento de formas mais avançadas de produção, isto não significa que o relacionamento homem/natureza deva continuar a ser realizado como antes.

Estes mesmos "marxistas" esquecem-se que avançar dialeticamente significa um salto não apenas quantitativo mas também qualitativo, ou seja, é preciso reformular, repensar toda a relação homem/natureza quando sugerimos a hipótese de um desenvolvimento histórico calcado na transformação das relações sociais de produção, do ordenamento do poder etc. Ademais, Marx e Engels também nestes pontos deixaram análises claras e inequívocas de preocupação profunda com a degradação ambiental, particularmente em *A dialética da natureza* (Paz e Terra, 1979, pp. 223 a 227).

Destruição exportada

O que foi colocado não pressupõe que a luta ecológica deva ser travada através do princípio exclusivo do pensamento progressista. Em muitos momentos, ela incorpora projetos políticos de "gerenciamento do capitalismo", pelos quais o capital privado depreda e polui, ficando o poder público encarregado de "recuperar a natureza", como no famoso caso do rio Tâmisa, na Inglaterra.

Preocupações ambientalistas de movimentos ecológicos europeus estão na raiz de alguns dos graves problemas ecológicos enfrentados pelo Terceiro Mundo. É o caso de indústrias altamente poluidoras dos países centrais, que, pressionadas por ações populares ou acossadas por uma rígida legislação de preservação do meio ambiente, optam pela transposição dos seus equipamentos (poluidores) para os países periféricos, onde uma legislação mais "liberal" (inclusive quanto às normas de segurança) garante seu "pleno" funcionamento, às vezes com resultados catastróficos (basta lembrar Cubatão e Bhopal, na Índia).

A realidade, no entanto, se impõe ou terminará por se impor aos movimentos ecológicos do Terceiro Mundo. Na periferia do mundo capitalista, a lógica das soluções "gerenciais" encontrará, cedo ou tarde, seus limites objetivos, seja na escassez de recursos financeiros (por exemplo, a trágica questão da dívida externa dos países subdesenvolvidos), seja pelo próprio caráter dependente e associado dos capitalismos "nacionais" destes países, o que determina uma orientação econômica fixada de acordo com os interesses das áreas centrais. É evidente que a luta ecológica, nos quadros da periferia do mundo capitalista, levada às últimas conseqüências, pressupõe um confronto com o imperialismo, como no caso das patentes de sementes por firmas multinacionais, que estão se apropriando do vasto patrimônio genético do Terceiro Mundo (ver "Patenteamento de sementes: uma lição da história" in *Política e meio ambiente*, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1986).

A questão do imperialismo, "etapa superior do capitalismo", esclarece ainda mais a necessidade de um debate ecológico inserido no pensamento progressista, pois a ele reportam as causas maiores do profundo desequilíbrio ecológico que caracteriza o Terceiro Mundo na atualidade.

Consciência ecológica

Mas não parece suficiente quebrar os vínculos de dominação com os países centrais, ou então, falar em uma natureza reapropriada pelos seus mais legítimos possuidores. Nisto reside a importância do pensamento ecológico, no sentido de criar uma consciência mais avançada na relação do homem (sem aspas) com o seu meio.

Romper com o domínio do capital não é garantia por si mesma de que a crise ecológica cessará, que toda tecnologia herdada do capitalismo deixará de poluir, devastar, depredar. Formas bem mais primitivas de produção foram responsáveis pelo extermínio de um número incontável de espécies vegetais e animais e modelaram profundamente vastas paisagens. Vale lembrar as tribos primitivas da Nova Zelândia que exterminaram o Moa, uma magnífica ave da Oceania. Os romanos liquidaram com os leões da África do Norte, capturados para abastecer o circo de espetáculos. Não é de outra forma que muitos especialistas explicam o processo de surgimento do cerrado brasileiro, de provável origem humana. Numa escala muito mais ampliada, grandes empresas estão devastando as florestas equatoriais do Gabão, de Kalimantan (Indonésia) ou da Amazônia brasileira.

A burguesia criou uma mística de "progresso material" que resulta nas precondições para um desastre ecológico de dimensões incalculáveis. Quebrar esta mística e rever os valores que incorporamos consciente ou inconscientemente é muito mais do que uma utopia poética: é uma necessidade real.

Maurício Waldman é sociólogo e estudante de Geografia na USP. Autor de *Doze estudos em geografia crítica* (arquivo da Biblioteca Nacional/Fundação Pró-Memória).

Obras do destino: o ambientalismo oficial

A política ambiental do Estado brasileiro é um aparelho de despolitização do ambiente. Ela parte de uma ofensiva ideológica que visa a facilitação política de implantação de grandes projetos na Amazônia.

Eduardo Viveiros de Castro e Lucia Andrade

Em novembro de 1986 a Eletrobrás deu à luz o Plano Diretor para Proteção e Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico, que é a face "ambiental" do Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 para o qual o governo brasileiro vem negociando vultosos empréstimos externos. Este plano diretor segue diretrizes estabelecidas no 1º PND da "Nova República", e responde a um conjunto de leis e resoluções passadas nos últimos anos devido à crescente inquietação nacional e internacional quanto às implicações ambientais dos mega-projetos de desenvolvimento brasileiros. Tal inquietação tem-se traduzido numa maior consciência da população brasileira sobre os efeitos negativos de uma política de obras públicas míope e autoritária, e numa maior sensibilidade das

Duda Bentes/Agil

Hidrelétrica de Tucuruí.

agências financiadoras externas, sujeitas a pressões da opinião pública em seus países de origem.

Os índios ocupam uma posição de destaque no referido documento "ambiental" da Eletrobrás. Ali se mencionam os efeitos de obras implantadas ou em implantação sobre diversos territórios indígenas e sugerem-se medidas para "minimizar os efeitos negativos" que tais obras acarretam sobre os povos indígenas. Na verdade, reconhecendo claramente que a preocupação "ambiental" do setor elétrico se deve a um aumento dos custos políticos de implementação de seus projetos ("há um processo de rejeição, por segmentos da população, aos grandes projetos de engenharia em geral..." — p. 5/12) e à necessidade de firmar uma imagem de "consciência ambiental" para viabilizar politicamente o Plano 2010 (p. 5/13), o documento da Eletrobrás se excede em cautelas retóricas sobre as implicações de seus projetos para as sociedades indígenas ameaçadas, veiculando assim um discurso humanista dentro de uma moldura gerencial.

Conceito do plano

Entretanto, antes de examinarmos o diagnóstico da Eletrobrás sobre os efeitos que suas obras já acarretaram sobre grupos indígenas e o elenco de medidas que propõe para o futuro, convém apreciar o quadro conceitual que informa o discurso do plano diretor. Qual a concepção de "ambiente" entretida pela Eletrobrás? Qual a relação entre obra, população e ambiente?

A obra de engenharia produz um impacto ambiental que deve ser avaliado. A expressão *impacto ambiental*, decididamente na moda, é tradução de um original americano. Ela foi consagrada na retórica dos planejadores governamentais e afins pela lei nº 6.938 de 31/8/81, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, tendo sido instrumentalizada a partir de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama, 001/86) que dispõe sobre a necessidade de elaboração de um Relatório de Impacto Ambiental (Rima) cuja aprovação condiciona o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente.

Embora a definição de *meio ambiente* (expressão pleonástica dada pela lei 6.398) fale em um conjunto de condições naturais que "abrigam e regem a vida em todas as suas formas", a resolução 001 do Conama introduz um componente *novo*. Assim, o "diagnóstico ambiental" da área de influência de um grande projeto deve considerar um meio *físico*, um meio *biológico* e um meio *sócio-econômico*, como subsistemas do sistema ambiental.

Problema invertido

Neste processo de definições e de estabelecimento de objetivos, uma curiosa inversão se deu: as populações humanas (o meio sócio-econômico) atingidas pelo projeto de engenharia passaram a fazer parte do ambiente. Assim, por exemplo, as sociedades indígenas passam a ser consideradas como *problema ambiental*. De um modo mais geral, e particularmente claro do ponto de vista doutrinário, estabelece-se *para quem* é o ambiente, e qual o lugar dos setores sociais afetados:

"O sistema ambiental estabelece a conexão entre a unidade geográfica e o sistema elétrico, por meio de três subsistemas: o subsistema físico, o subsistema biótico e o subsistema social, cultural e econômico. Neste último, três componentes ambientais têm-se mostrado particularmente importantes para o planejamento de usinas hidrelétricas: as comunidades indígenas, as populações rurais e urbanas e as lideranças políticas da região afetada pela formação do reservatório" (Eletrobrás 1986: 7/1).

Ambiente, como ensinam os ecólogos e o bom senso, é uma noção vazia de significado se não se estabelece previamente um *ponto de vista*. Só existe um ambiente para alguém, para uma determinada forma de vida com valor de variável independente. Isto é: todo ambiente é ambiente de um *sujeito*. Ora, na concepção governamental expressa no documento da Eletrobrás, o ambiente é o *ambiente do sistema elétrico*. O lugar de sujeito do ambiente é deslocado para a obra de engenharia. O reservatório e as barragens são o "ambientado"; as populações humanas afetadas são parte componente deste ambiente. Ao contrário, portanto, de interferir no ambiente *destas* populações, a obra é concebida como afetando e sendo afetada por um ambiente que *inclui* estas populações. Não é de se espantar, então, que leiamos que as comunidades indígenas "*ocorrem com freqüência*" nas áreas de empreendimentos hidrelétricos (p. 6/94) — quando o caso parecia ser o de obras hidrelétricas "ocorrerem" com freqüência em áreas indígenas.

Sem consulta

Vê-se aqui como os setores sociais atingidos por uma mega obra de engenharia são recuados para um lugar de *fundo*, de

Ricardo Arnt

Índios Gavião, Arara, Zoró visitam a hidrelétrica de Samual, em Rondônia.

ambiente, sobre o qual e contra o qual se desenha uma *forma*: a obra. As populações humanas são assimiladas a uma *natureza*, e a obra recolhe em si os valores de sujeito. Não é por acaso, assim, que os processos de tomada de decisões referentes ao planejamento e execução das grandes hidrelétricas se dêem à inteira revelia dos setores afetados: não se consultam objetos.

Na verdade, é a própria idéia de sociedade que é reduzida a um estado ambiental, isto é, naturalizado, perante um Estado que, materializado em seu projeto de engenharia, assume o lugar da sociedade. O "diálogo", o confronto agora é entre um Estado e uma natureza, um sujeito que age e um ambiente que reage. Gente vira ambiente, e a obra vira agente.

Nesta mágica, desaparecem as sociedades, os setores sociais concretos; evapora-se a dimensão do político, e não restam afinal senão duas naturezas: a natureza bruta do Estado, que se abate sobre as populações "impactadas" como se fora um *fenômeno natural* — o enchimento de um reservatório sendo vivido como tão inexorável quanto uma enchente —; e um estado bruto de natureza, a que são assimiladas as "comunidades indígenas, as populações rurais e urbanas e as lideranças políticas da região". Vê-se nisso tudo, em suma, a que ponto um discurso legítimo e politicamente fundamental, como é aquele

que luta pelo respeito ao ambiente, pode ser completamente pervertido através de sua incorporação ao autoritarismo de um Estado onipotente.

Costura ideológica

A noção de "impacto ambiental", assim, esconde sob sua aparente inocência e preocupação positiva um conjunto de operações ideológicas, que resumimos:

1) A obra de engenharia aparece como causa absoluta, cuja concepção é subtraída a qualquer exame. Ela se transforma em verdadeira instância transcendental, fato consumado a que só cabe reagir, adaptar-se, aceitar como se aceita um desígnio divino e insondável: a barragem se transforma em obra do destino.

2) As populações humanas "impactadas" são concebidas como parte do ambiente da obra, que é sujeito; elas são subsumidas numa função de fundo para uma forma extrínseca, superimposta. Elas são naturalizadas, assimiladas a espécies naturais submetidas a "impactos negativos" e a manejo paliativo ou "desenvolvimentista": são "melhoradas" (Eletrobrás, 1986: 6/95, 6/98, 6/100). Erguem-se, assim, duas entidades fantasmáticas em confronto: o Estado, agente e causa; a natureza, paciente e reativa. A engenharia de barragens vira engenharia social.

3) A dimensão política intrínseca aos processos de concepção, decisão e execução de um empreendimento de engenharia é escamoteada. O Estado, autor da obra, é falsamente identificado com a "sociedade" brasileira abstrata, e as sociedades concretas são postas como objetos para o Estado. A obra, enfim, é passada como catástrofe (ou, como preferem os planejadores, milagre) natural, acontecimento que se gesta e se gere fora do alcance da vontade política da sociedade, em particular dos setores sociais "afetados".

Política Gerencial

O discurso sobre os "impactos ambientais" presta-se facilmente ao mascaramento de formas de dominação política. Os efeitos de obras como o Complexo do Xingu não são simples ou principalmente ambientais ou sócio-econômicos. Eles são essencialmente políticos, por resultarem de uma vontade de dominação que nega às populações humanas visadas seu lugar de sujeitos de direitos, isto é, de cidadãos dotados de uma positividade política. As dimensões políticas destas obras só entram em consideração, no discurso governamental, quando reduzidas à condição de produtos e efeitos "gerenciais" que cabe implementar ou evitar; dizem respeito a uma lógica gerencial da "imagem pública" da empresa ou do governo.

A política ambiental do Estado, em suma, é um aparelho de despolitização do ambiente, parte de uma ofensiva ideológica que visa a facilitação política da implantação de grandes projetos na Amazônia. Tal ofensiva pode ser acompanhada na proliferação de anúncios e matérias pagas da Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce e congêneres onde se apregoam os zelos ambientais e sociais de obras como Itaipu, Tucuruí, Projeto Ferro-Carajás etc.; na instituição de prêmios de ecologia e no financiamento de documentários "ecológicos" por estas mesmas agências; e, por fim, num esforço de disseminação indireta da idéia de que os "pequenos" erros ambientais dos últimos anos serão agora substituídos por um carinho governamental todo especial para as tartarugas, as árvores e — quem sabe — os índios (conforme *Veja*, 11/02/87, "O Brasil fica mais verde").

Ora, se é inegável a importância da aparição das variáveis ambientais no interior do planejamento governamental — que não se deve, evidentemente, a uma súbita iluminação dos tecnocratas do setor elétrico ou mineral, muito menos dos grandes empresários, mas a um conjunto de pressões nacionais e internacionais — não menos inegável é a necessidade de uma vigilância crítica extrema sobre os usos ideológicos deste discurso ambientalista oficial, cujo poder cosmético e mistificador já vem sendo denunciado há tempos por cientistas responsáveis, por entidades ambientalistas atentas e, finalmente, pelos setores sociais vítimas deste novo milagre nacional.

Eduardo Viveiros de Castro é antropólogo e professor do Programa de Antropologia Social do Museu Nacional/RJ. Realizou pesquisas de campo entre os Araweté, no médio Xingu. É autor, entre outros, de *Araweté: os deuses canibais* (Jorge Zahar Editor/Anpocs). **Lucia Andrade** é mestranda em Antropologia na Universidade de São Paulo, pesquisadora entre os Asuriní, no Xingu. Este artigo foi extraído da publicação *As hidroelétricas do Xingu e os povos indígenas*, organizada por Lucia Andrade, a ser lançada brevemente pela Comissão Pro-Índio/SP.

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Um terço das terras indígenas na Amazônia estão com o subsolo reservado a empresas de mineração.

São 560 alvarás concedidos e 1.685 requerimentos em tramitação no DNPM/MME.

Se você quiser saber os resultados da pesquisa que CEDI e CONAGE fizeram solicite a publicação *Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia*, 82 páginas, Cz$ 350,00.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI Av. Higienópolis, 983 — CEP 01238 — São Paulo — SP

Impactos ambientais dos grandes projetos

Flávio Limoncic

Flávio Limoncic

Os grandes projetos são aqueles que têm o poder de alterar a estrutura econômica de uma região, com reflexos a nível nacional, e de atingir profundamente a paisagem que os cerca, incluindo suas populações. Economicamente, são extremamente capital-intensivos e têm um longo tempo de maturação.

No Brasil, a implantação destes projetos deu-se basicamente a partir da década de 70, quando o país, seguindo uma política desenvolvimentista, inseriu-se mais profundamente no sistema capitalista internacional. Os grandes projetos daí decorrentes tinham por função fornecer, ao capital internacional, a infraestrutura necessária para que pudesse atuar. Portanto, os principais situam-se nas áreas de energia, transporte e desenvolvimento integrado.

O modelo desenvolvimentista nunca levou em consideração interesses que não os da acumulação rápida, do lucro fácil. Preocupações outras, como as da qualidade de vida das populações atingidas por grandes barragens, por exemplo, ou em relação ao meio ambiente, eram desconsideradas ou minimizadas, tendo os investimentos nestas áreas sempre sido reduzidos ao mínimo necessário e, mesmo assim, muitas vezes sendo feitos sob pressão. Dentro deste contexto, vamos analisar os impactos ecológicos de alguns destes projetos.

Setor Energético

Não cabe aqui a discussão acerca da submissão deste setor aos interesses do capital externo (ver *Política energética nacional*, Ibase, 1986). No entanto, vale ressaltar seu papel no agravamento de endividamento externo brasileiro, via Banco Mundial.

O setor energético pode ser dividido, grosso modo, em energia hidrelétrica, mineral, nuclear e alternativa.

No setor hidrelétrico Tucuruí pode ser considerada um caso já clássico. Construída com endividamento externo e compra de equipamentos elétricos no mercado internacional, foi projetada para fazer funcionar o Grande Carajás e fábricas de alumínio em São Luis do Maranhão, destinadas ao mercado externo. Seu lago, de 2.430 km², atingiu os índios Gavião, Parakanã e Guajajara e populações ribeirinhas, que receberam baixas indenizações ou terras inferiores às que possuíam, e uma grande extensão da floresta amazônica, não desmatada. O não desmatamento se repetiu recentemente em Balbina, atingindo os Waimiri-Atroari. Não se conhece ao certo as conseqüências do alagamento de grandes áreas cobertas por matas, mas segundo técnicos, a putrefação de organismos vivos submersos causará a liberação de gases na atmosfera, possíveis danos nos equipamentos das próprias barragens, além, é lógico, do lago em si, enorme e podre, desoxigenado, morto. Segundo sanitaristas, aumentará significativamente o número de casos de doenças endêmicas na região, como malária, leishmaniose e outras. O problema é alarmante quando se sabe que estão planejadas mais de sessenta hidrelétricas na bacia do Amazonas. Contudo, não é só a região amazônica que está sendo assolada por barragens. Também o Sul corre o risco de ver algumas de suas terras mais férteis inundadas por 25 barragens a serem construídas no Rio Uruguai, que inundarão uma área de 75 km² divididos entre o Rio Grande (29 km²) e Santa Catarina (46 km²). O resultado imediato, sem dúvida, fora os danos ecológicos, será o êxodo em direção às cidades de milhares de pequenos proprietários rurais, engrossando as já inchadas cidades brasileiras. Sem falar em Itaipu, que inundou 835 km² de terras no Brasil e 625 km² no Paraguai, levando consigo as terras dos índios guaranis e as Sete Quedas.

A energia nuclear é outro ponto bastante polêmico pelo seu perigo potencial e falta de informações. As centrais nucleares de Angra foram construídas no eixo de maior concentração populacional do país, a meio caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro. Com as recentes chuvas ficou patente a fragilidade do sistema viário que liga a região aos grandes centros urbanos, de onde, segundo o plano de evacuação em caso de acidente, sairiam os ônibus para

resgatar a população. O plano não leva em conta o pânico, a corrida às estradas, o congestionamento decorrente... No Brasil, a estatal encarregada de executar o programa nuclear é a mesma encarregada de fiscalizá-lo: a Nuclebrás. Desastres como o de Goiânia, o segundo maior do mundo, refletem este fato, aliado a um problema social gravíssimo: a situação real de um Brasil dentro de outro, da tecnologia de ponta e da miséria absoluta. Temos que sempre ter isto em conta: vale a pena investir em um setor que no mundo inteiro já provou ser perigoso em potencial? O perigo da energia nuclear é inerente a ela e se agrava em um país como o Brasil, em que nada é fiscalizado e os responsáveis nunca são punidos.

Outro grande programa do setor energético é o Proálcool (energia alternativa), criado com o intuito de garantir o suprimento de combustível em função da crise do petróleo (energia mineral). A conjuntura internacional mudou, o programa, administrado pela Petrobrás, tornou-se um pesadelo para ela, mas os interesses, principalmente dos usineiros, predominam e o programa é mantido. Para os rios, é um verdadeiro desastre, já que são despejadas milhares de toneladas de vinhoto, dejeto da cana-de-açúcar altamente poluente, em seus leitos.

Programas de Desenvolvimento

Pode-se dizer que o primeiro programa de desenvolvimento implementado na década de 70 foi a Transamazônica, gigantesca rodovia que cortava toda a região (correndo paralela aos principais rios). Hoje, grande parte do seu trajeto encontra-se coberto pela mata. A Transamazônica foi concebida segundo o slogan "integrar para não entregar", utilizada também em planos mais recentes, como o Polocentro, Polonoroeste e outros. O Polonoroeste, em particular, vem se mostrando altamente nocivo ao meio ambiente, já que considera as terras que sofreram queimadas como áreas beneficiadas, sendo, portanto, candidatas a incentivos fiscais.

Também dentro desta ideologia encontra-se o Calha Norte, que pretende ocupar militarmente a área ao norte dos rios Amazonas e Solimões, ameaçando as dezenas de povos indígenas que ali habitam e oferecendo infraestrutura para a entrada do capital na região (o que, em se tratando de Brasil, significa devastação ambiental).

A entrada de capitais pode ser exemplificada pelo Projeto Grande Carajás, onde Tucuruí está inserida. Dentro do Grande Carajás localizam-se o Ferro Carajás, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, que fornecerá minério de ferro de alta qualidade, a baixos preços, para a Comunidade Econômica Européia e para o Japão (o slogan acima sempre foi mera retórica) e que, para cada 35 milhões de toneladas do minério extraído, produzirá também 9,2 milhões de toneladas de dejetos, além de resíduos industriais; o projeto pecuário, que, em uma área de 3 milhões de hectares, pretende transformar a mata virgem em pasto para o gado; o agrícola, que abrange uma área de 10,2 milhões de hectares, que considera também terras queimadas como beneficiadas, levando ao virtual desaparecimento da castanha-do-pará em algumas áreas; o de ferro-gusa, que prevê a instalação de usinas cujo combustível é o carvão vegetal, ou seja, madeira. Para tal, prevê a derrubada de mata nativa para reflorestamento com eucalipto. Os projetos agrícolas e pecuário são preocupantes também do ponto de vista fundiário, pois se instalarão em uma área onde a luta pela terra se dá com grande intensidade e certamente não favorecerão os posseiros e pequenos agricultores descapitalizados. O desaparecimento da castanha-do-pará, por outro lado, desarticulará toda a economia tradicional da região.

O Grande Carajás recebeu, via Tucuruí e Ferro Carajás, financiamentos do Banco Mundial, que exigiu, sob pressão de vários organismos internacionais de defesa ao meio-ambiente e à vida, que fossem tomadas medidas de proteção ambiental e aos povos indígenas. Para tal, a Vale criou um programa, que não funcionou, principalmente em relação aos povos indígenas. Foram criadas reservas florestais, que segundo técnicos, não resolverão o problema, pois do jeito que as coisas estão indo, se tornarão meras ilhotas verdes. De qualquer forma, as exigências do Banco, neste caso, podem ser consideradas inócuas, já que o seu não cumprimento não trouxe nenhuma conseqüência.

Flávio Limoncic

Conseqüências

O conjunto destes programas tem conseqüências trágicas. São derrubadas, em média, 2 milhões de árvores por dia, sendo que a Amazônia já perdeu mais de 26 milhões de hectares de cobertura vegetal. Sua fauna, em parte desaparecida, possui animais, como o uirapuru, à beira da extinção,e outros seriamente ameaçados, como os jacarés, tartarugas etc. A questão das queimadas para "beneficiamento" do solo é tão grave que, no dia 24 de agosto de 1987, um satélite meteorológico flagrou uma área de 8 mil km² se incendiando, espalhadas em 6,8 mil focos. Em Rondônia, área do Polonoroeste, é freqüente o fechamento do aeroporto local, devido à falta de visibilidade causada pela fumaça (o que já vem ocorrendo também no Acre e até em Manaus). A destruição da camada florestal alterará o regime pluviométrico da região (já que a floresta funciona como um suadouro da atmosfera), causará erosão nas margens dos rios e determinará, a um não tão longo prazo, a desertificação da mesma. Minas Gerais, por outro lado, já teve sua cobertura vegetal quase que totalmente arrasada em função das usinas de ferro-gusa (como no Pará). Também o Rio Grande do Sul vê, a cada ano, o aumento das estiagens e a desertificação de seus campos. Os exemplos poderiam se estender sem fim.

O que pode ser feito

Já existe, hoje em dia, toda uma legislação específica sobre proteção ambiental, o Código Nacional do Meio Ambiente, de 1981. Mesmo o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento e o 2º Plano de Desenvolvimento da Amazônia previam medidas de preservação ambiental. Por que nada foi implementado? Falta de fiscalização? Evidentemente que não. É esta parte da lógica do capital internacional na qual o Brasil se insere.

Se por um lado, os grupos ecológicos vêm tendo uma crescente importância no sentido da conscientização conservacionista, temos que discutir principalmente o modelo de desenvolvimento em si, que nos faz lembrar nossos tempos coloniais. Por falar nisso, cadê o pau-brasil?

Flávio Limoncic é responsável pela sub-área de Grandes Projetos da Equipe Políticas Governamentais do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Desenvolvimento, meio ambiente e povos indígenas

Nos Estados Unidos, a pressão dos organismos ambientalistas e de defesa dos povos indígenas tem levado as instituições multilaterais de desenvolvimento a rever seus critérios de aprovação de empréstimos aos países do Terceiro Mundo, particularmente para o Brasil.

TDC/Arquivo CEDI

Steve Schwartzman

Os Bancos de Desenvolvimento Multilaterais (BMDs) têm mais influência sobre a política e financiamento de desenvolvimento no Terceiro Mundo do que quaisquer outras instituições bilaterais ou internacionais. Os projetos e programas dos BMDs são conseqüentemente fundamentais para o destino da base dos recursos naturais, sobre a qual todo o desenvolvimento econômico em última análise se assenta, inclusive, para as populações indígenas e rurais que dependem diretamente dos recursos degradados ou inutilizados em programas de desenvolvimento equivocados.

Nos últimos cinco anos, organizações ambientais internacionais e de direitos indígenas vêm documentando desastres ambientais e sociais financiados pelos BMDs através do mundo. Frequentemente, projetos de infraestrutura de largo alcance não somente devastaram recursos naturais e populações indígenas como também produziram benefícios de curto alcance para pequenas elites. Este artigo discute a organização dos BMDs, alguns de seus projetos no Brasil e as recentes iniciativas de organizações ambientais e de direitos indígenas a nível internacional para mudar as políticas e a prática dos BMDs.

BMDs e povos indígenas

O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento há muito proclamaram seu comprometimento com projetos ambientais conscientes e com a proteção das populações indígenas, mas na prática essas preocupações merecem pouca prioridade na elaboração e negociação dos projetos. Em inúmeros projetos recentes no Brasil as condições de empréstimo incluídas nos contratos bancários especificavam que a proteção ao meio ambiente e às terras indígenas fosse estipulada nos projetos.

Deve-se salientar que as condições de empréstimo são negociadas pelo banco e o governo destinatário, ambos com interesse na aprovação do projeto. O banco, bem como o governo, tem dessa maneira a responsabilidade pela verificação de que as condições do empréstimo sejam observadas. Em todos os casos os bancos têm falhado em assegurar que procedimentos mínimos, como a demarcação das terras indígenas, sejam adotados antes que grandes projetos de infraestrutura sejam implementados. Os bancos devem, portanto, dirigir essas questões com muito maior seriedade, caso não desejem simplesmente repetir seu apoio a desastres sócio-ambientais.

Polonoroeste

O Projeto Polonoroeste, aprovado em 1982, forneceu 436 milhões de dólares em financiamentos do Banco Mundial para um projeto com custo total orçado em 1,6 bilhões de dólares, visando a pavimentação da rodovia BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho, medidas para um assentamento sustentável de pequenos colonos agrícolas, demarcação de terras indígenas e proteção das áreas naturais. Mais da metade dos fundos do banco foram para a pavimentação da rodovia, completada antes do prazo, em 1985. Entre 1982 e 1986, apenas em Rondônia, entraram 500 mil colonos.

O programa apresentado como um plano de desenvolvimento rural integrado, falhou na abordagem de aspectos fundamentais da dinâmica da fronteira, com resultados trágicos. A pavimentação da rodovia fomentou um *boom* da especulação de terras, tornando economicamente inviável a agricultura de pequena escala, feita tipicamente nos pobres solos da região. Uma avaliação financiada pelo banco, em 1987 demonstrou que para muitos pequenos proprietários a conversão da floresta em pastagem para gado, e a posterior venda da terra, representava um retorno financeiro maior que a agricultura, fato explicado em estudos posteriores que mostraram que a agricultura desenvolvida pelos colonos tinha taxas de retorno negativas.

O que são BMDs

Os BMDs são instituições públicas de financiamento internacional que existem para transferir recursos do mundo desenvolvido aos países em desenvolvimento. Há quatro Bancos de Desenvolvimento Multilateral: o Banco Mundial (ou Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento Asiático e o Banco de Desenvolvimento Africano. A responsabilidade final pela política e decisões de empréstimos de cada banco recai sobre uma direção executiva composta por representantes de todos os governos-membros do banco. O peso do voto de cada governo-membro é proporcional ao montante de capital aplicado pelo país ao banco. No Banco Mundial, por exemplo, os cinco maiores doadores — Estados Unidos, com 19,63%; Japão, com 5,58%; Alemanha Ocidental, com 5,55%; França, com 5,32%; e o Reino Unido, com 5,32% — têm, juntos, mais de 40% dos votos na direção executiva.

Em 1987, esses bancos assumiram termos de empréstimos superiores a 23 bilhões de dólares com o Banco Mundial, respondendo por mais de 17 bilhões. A maioria desses empréstimos foi destinado às áreas ambientalmente sensíveis, da agricultura, desenvolvimento rural, energia, irrigação e transporte.

A influência dos BMDs é significativamente maior do que o montante por ele aplicado, já que cada dólar emprestado gera empréstimos adicionais de 2 ou 3 dólares por parte dos países devedores, agências de auxílio e bancos privados. O Banco Mundial, por exemplo, havia emprestado quase 4 bilhões de dólares de 1949 a 1985 para 41 projetos do setor de energia elétrica brasileiro. O custo total desses projetos foi, contudo, de pelo menos 19 bilhões de dólares. De 1981 a 1986 o Banco Interamericano de Desenvolvimento emprestou quase 2 bilhões de dólares a 44 projetos do setor energético brasileiro, cujo custo final ficou em torno de 11 bilhões de dólares (cfme. Schwartzman e Melone, Os BMDs e o Setor de Energia Elétrica Brasileiro, 1988).

Os investimentos dos BMDs atraem e centralizam outros investimentos em projetos ou programas que têm que seguir as suas condições e diretrizes. Os BMDs influenciam sobremaneira a agenda de desenvolvimento mundial através de fundos à pesquisa, transferência de tecnologia e construção de institutos. Eles determinam ainda as estratégias de investimento dos emprestadores comerciais, das agências de auxílio e das nações tomadoras de empréstimos através de pesquisas próprias sobre as políticas econômicas e setoriais de cada país. Os bancos ocupam, conseqüentemente, uma posição privilegiada que lhes permite assegurar que a boa utilização dos recursos naturais e os direitos das populações indígenas recebam a devida consideração no planejamento do desenvolvimento.

Conseqüentemente, em alguns projetos de colonização financiados pelo banco, o abandono das terras atinge 80%, sendo que a média de Rondônia é superior a 50%. Os resultados são concentração de terras, rápida migração da zona rural para a urbana, desmatamento acelerado e invasão de terras indígenas e áreas protegidas. Em 1987, de acordo com fotografias dos satélites da NASA, 47% do estado de Rondônia, praticamente todo floresta em 1980, havia sido desmatado ou erodido.

Disseminada através de massivas migrações não-controladas, a malária atinge proporções epidêmicas fazendo com que Rondônia fosse declarada, em 1986, área de emergência nacional. Apesar de cláusulas no contrato de empréstimo estabelecerem a demarcação de todas as terras indígenas na área do projeto e a criação de áreas naturais de proteção, das 29 áreas indígenas demarcadas em Rondônia e Mato Grosso, de um total de 45 reconhecidas, somente oito foram homologadas e nenhuma medida tem sido tomada com relação a outros dezenove grupos não contatados ou deslocados. Provavelmente, metade das áreas demarcadas foi invadida.

Em 1985, o banco suspendeu a liberação de fundos para o Polonoroeste aguardando ação governamental com relação aos problemas ambientais e de demarcação de terras, conseguindo que isso fosse feito em diversas áreas, incluindo-se a área indígena de Urucu-Wau-Wau. O corte ilegal de madeira em reservas biológicas e áreas indígenas tem sido grande e até oficialmente sancionado pela Funai. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembléia Legislativa de Rondônia está agora investigando os contratos da Funai com madeireiras. O presidente da CPI, Antonio Geraldo, obteve provas de que mesmo quando os contratos são legais nenhuma forma de controle da madeira removida é feita pela Funai ou pelo IBDF. Diversas ações legais foram iniciadas contra a Funai e seus empregados relacionadas com os contratos madeireiros.

Em suma, está bastante claro que os apregoados objetivos do projeto de asssentar colonos que possam se sustentar e proteger as terras indígenas e áreas naturais frágeis fracassaram completamente. Apesar do esforço do banco a nível institucional, o trabalho da Funai vem se transformando de incompetente em ativamente maligno.

O banco tem sido capaz de garantir algumas medidas positivas, mas somente quando assumiu os direitos indígenas e a proteção ambiental como uma prioridade séria. Os maiores beneficiários do projeto até o momento, têm sido os especuladores de terras, mineradoras e madeireiras predatórias, os construtores que pavimentaram a rodovia e as burocracias clientelistas e ineficientes.

Empréstimos ao setor elétrico

Em junho de 1986, o Banco Mundial aprovou um empréstimo setorial de 500 milhões de dólares ao setor de energia elétrica brasileiro, o primeiro de uma série de três. Empréstimos setoriais têm se tornado cada vez mais importantes no Banco Mundial. Tais empréstimos fornecem enormes somas, rapidamente liberadas, destinadas não a projetos isolados, mas a setores inteiros.

No caso do empréstimo para o setor de energia elétrica, os fundos são liberados para despesas em moeda estrangeira, dentro de um programa que visa a reabilitação financeira para o setor energético como um todo. O programa de investimento é fracionado entre as companhias regionais e por áreas de investimento, planejando o setor investir entre 1985 e 1989 um total de 25 milhões de dólares, sendo 50% para geração, 28% em transmissão e 17% em distribuição (Relatório de Estimativa, Empréstimo ao Setor de Energia Elétrica do Brasil, 27/05/86, Banco Mundial).

Diversas são as razões que tem levado o banco a favorecer cada vez mais empréstimos setoriais, sendo a primeira delas o fato de que as condições do empréstimo se aplicam a todo um setor e não apenas a um projeto isolado. No caso dos empréstimos ao setor energético, a principal condição é a de se aumentar os preços das tarifas energéticas como forma de eliminar subsídios governamentais que resultam em preços inferiores aos custos de produção. Informalmente, é amplamente reconhecido que empréstimos setoriais fornecem suporte à balança de pagamentos de países altamente endividados, ou seja, dólares para pagar os juros de suas dívidas externas.

As operações do setor de energia elétrica — a Eletrobrás e as companhias regionais de energia beneficiadas pelo empréstimo — incluíram o fechamento das represas de Balbina e de Ji-Paraná, em Rondônia, que inundaria parte da área indígena Gaviões, e ainda estudos de viabilidade das represas da região de Altamira-Xingu, cujos efeitos nas populações indígenas da região são potencialmente enormes. Com relação a represa de Ita-

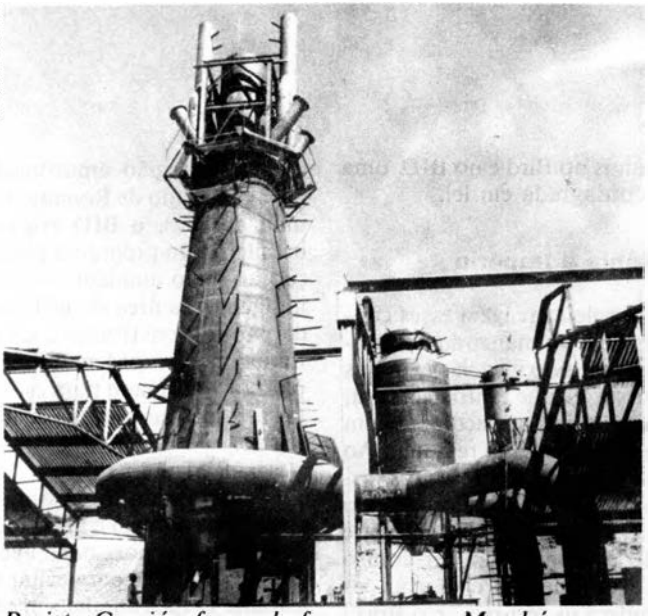
parica, que forçou a mudança de 7 mil famílias, foi tão asperamente contestada por sindicatos legais e tão mal administrada que o banco incluiu uma condição especial no contrato de empréstimos que requeria que a Chesf apresentasse um plano satisfatório de reassentamento antes da aprovação do mesmo e, posteriormente, financiou um projeto de reassentamento em separado.

Os empréstimos visam também dar suporte financeiro ao Plano 2010, pelo qual 79 novos projetos hidrelétricos, a maioria na Amazônia, serão construídos. Por esse plano, talvez 9 milhões de km^2 sejam inundados e 500 mil pessoas serão forçosamente relocadas. Quando o primeiro empréstimo setorial foi submetido à votação pela diretoria do banco, o diretor executivo dos Estados Unidos votou contra, alegando problemas sociais e ambientais, bem como garantias insuficientes de reforma financeira no setor. Outros diretores executivos também levantaram questões sérias sobre o projeto. Um deles salientou que os funcionários do banco haviam fornecido à diretoria executiva informações insuficientes sobre os sub-projetos financiados para que se pudesse avaliar os efeitos sociais e ambientais do empréstimo.

O banco aponta como avanços a preparação de um Plano Diretor Ambiental para o setor, a criação de 189 novos cargos na Eletrobrás devotados às questões ambientais e o fortalecimento da capacidade das companhias energéticas regionais de lidarem com questões sociais e ambientais e, finalmente, com a criação de unidades especiais na Funai e em outras agências para trabalhar no setor. O setor posteriormente concordou com a criação de uma comissão de assessores independentes altamente qualificados para verificar a implementação do Plano Diretor.

Negociações em torno do "Empréstimo Setorial Energético 2", estimado em 350 milhões de dólares, foram interrompidas dada a incapacidade, segundo relatórios do banco, de implementação do Plano Diretor, bem como à demora em proceder aos aumentos das tarifas energéticas e problemas financeiros do setor.

Não obstante, o empréstimo deve ser apreciado pela diretoria do banco em julho próximo. Possivelmente, devido às crescentes críticas contra o projeto no Brasil e às preocupações do banco, foi retirado para estudo pela Eletronorte o projeto da represa de Babaquara, a maior de duas represas propostas para a região de Altamira-Xingu e aquela com efeitos destrutivos mais imediatos.


Vincent Carelli

Projeto Carajás: forno de ferro-gusa em Marabá.

As organizações ambientais norte-americanas e os BDMs

A preocupação do Banco Mundial com o meio ambiente e os povos indígenas nestes projetos recentes não resultou simplesmente do fato de que o banco tem políticas que teoricamente requerem que seu quadro de funcionários inclua essas questões em suas avaliações de projetos. Durante os últimos cinco anos organizações ambientais norte-americanas, incluindo-se o Fundo de Defesa Ambiental e a Federação Nacional da Vida Selvagem (Environmental Defense Found e National Wildlife Federation), tem se empenhado em influenciar a política e prática dos BDMs. Essas organizações contam com mais de 5 milhões de membros e foram capazes de promover 21 audiências no congresso americano sobre os impactos social e ambiental dos projetos dos BDMs.

Meio ambiente, a situação dos povos indígenas e questões de reassentamento têm sido levantadas com maior freqüência nas reuniões da diretoria do banco e o Departamento do Tesouro (nosso Ministério da Fazenda) e outras agências de países doadores têm levantado cada vez mais estas questões em projetos específicos.

As mesmas organizações conseguiram que fosse aprovada pelo congresso legislação que obriga os diretores executivos norte-americanos dos BDMs a promover uma série de reformas nessas instituições, tais como o aumento do pessoal treinado em meio ambiente e antropologia, acesso à informação por parte de organizações comunitárias, indígenas e ambientalistas das áreas afetadas dos países tomadores de empréstimo acerca dos projetos e uma mudança nos empréstimos bancários, distanciando-os dos grandes projetos de infraestrutura com capital intensivo para alternativas de menor escala, mas ambiental e socialmente mais apropriadas. Grupos europeus ambientalistas e de direitos indígenas na Alemanha Ocidental, Escandinávia, Holanda e Reino Unido obtiveram posturas semelhantes por parte de seus governos. Em maio passado o Banco Mundial aprovou o primeiro ponto do programa de reformas criando um novo departamento, o do Meio Ambiente, e unidades ambientalistas nas quatro regiões do banco, aumentando sensivelmente o número de funcionários nessas áreas.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, por sua vez, iniciou uma reforma similar. Melhorar a nível de competência técnica dos funcionários do banco a fim de que possam avaliar os impactos ambientais e sociais causados por um projeto é sem dúvida, um passo importante, ainda que apenas o primeiro.

Grupos nos Estados Unidos vêm progressivamente tomando consciência de que a questão central reside na responsabilidade dos bancos multilaterais para com os cidadãos, de cujos impostos provêm o capital do banco e também para com as pessoas que são diretamente afetadas pelos projetos e programas e que até o presente momento não têm tido virtualmente nenhuma voz no processo de desenvolvimento. Os grupos norte-americanos têm trabalhado em estreita vinculação com grupos de direitos indígenas e ambientalistas não-governamentais no Brasil, Índia e Indonésia e têm como tema central de sua campanha o acesso à informação acerca dos projetos do banco pelos grupos ambientalistas.

Steve Schwartzman, antropólogo, realizou pesquisas entre os Krenakore (Panaré), no Parque Indígena do Xingu. Atualmente é assessor da organização ambientalista norte-americana Environmental Defense Found, com sede em Washington. Tradução de Robert Bruce de Figueiredo Stuart.

Natureza e política externa brasileira

Mary Helena Allegretti

Um novo ingrediente acaba de ser acrescido ao já complexo quadro internacional em torno da política de meio ambiente do Brasil. É o chamado "debt for nature swap" ou simplesmente "debt swap", que significa trocar a dívida dos países do terceiro mundo pela conservação dos recursos naturais. Parte-se da constatação de que o pagamento da dívida vem intensificando a pressão sobre os recursos florestais e que uma solução criativa seria descontar do valor da dívida as inversões feitas na proteção ao meio ambiente pelos países devedores.

A Bolívia adotou recentemente esse mecanismo protegendo uma área de 1,5 milhão de hectares de floresta, de propriedade do Estado, em troca do pagamento de 650 mil dólares de sua dívida, assumido pela *Conservation International*, instituição ambientalista americana. Embora restrito, o que se pretende com esse exemplo, é demonstrar que o campo de negociações políticas em torno da dívida pode ser mais flexível do que aparenta. E também evidenciar que, proteger o meio ambiente, hoje, pode significar mais recursos para investimentos.

A tensão embutida em propostas desse tipo deriva de sua origem externa ao país. E fortalece um fato que é, hoje, incontestável: a política de obtenção de fundos para o desenvolvimento está condicionada às questões ambientais. Todos os projetos que o governo brasileiro pretende ver financiados passam previamente por uma análise do impacto que produzirão sobre o meio ambiente e das medidas previstas para evitar desastres de caráter irreversível. Essa posição dever ser cumprida pelos representantes americanos no Bird e no BID, uma vez que está consagrada em lei.

Colônia e Império

O governo brasileiro reage a esses condicionamentos de uma maneira contraditória. Para cumprir as exigências externas e obter os recursos de que tanto necessita, cria programas especiais que acompanham as obras de desenvolvimento regional. Ao assinar os contratos de empréstimos, assume compromissos claros de proteger o meio ambiente. Passa o tempo, porém, e o governo não consegue cumprir com o programa que ele mesmo elaborou, os bancos suspendem os recursos, e o Brasil vem a público dizer que estão interferindo em questões de soberania nacional.

São duas faces de uma mesma postura. Em uma, adota-se uma posição de colônia: "Mandou proteger o meio ambiente para obter recursos, nós obedecemos". Na outra, vira-se império: "Ninguém manda no nosso território".

Em nome do meio ambiente, de um lado, e da soberania nacional, de outro, trava-se uma irônica batalha cujos perdedores poderão ser exatamente aqueles que se pretende proteger: as populações objeto dos programas governamentais e dos empréstimos internacionais, e o ambiente. É o que parece estar acontecendo, agora, com relação a um dos programas para a Amazônia — o asfaltamento da BR 364 para o Acre, financiado pelo BID.

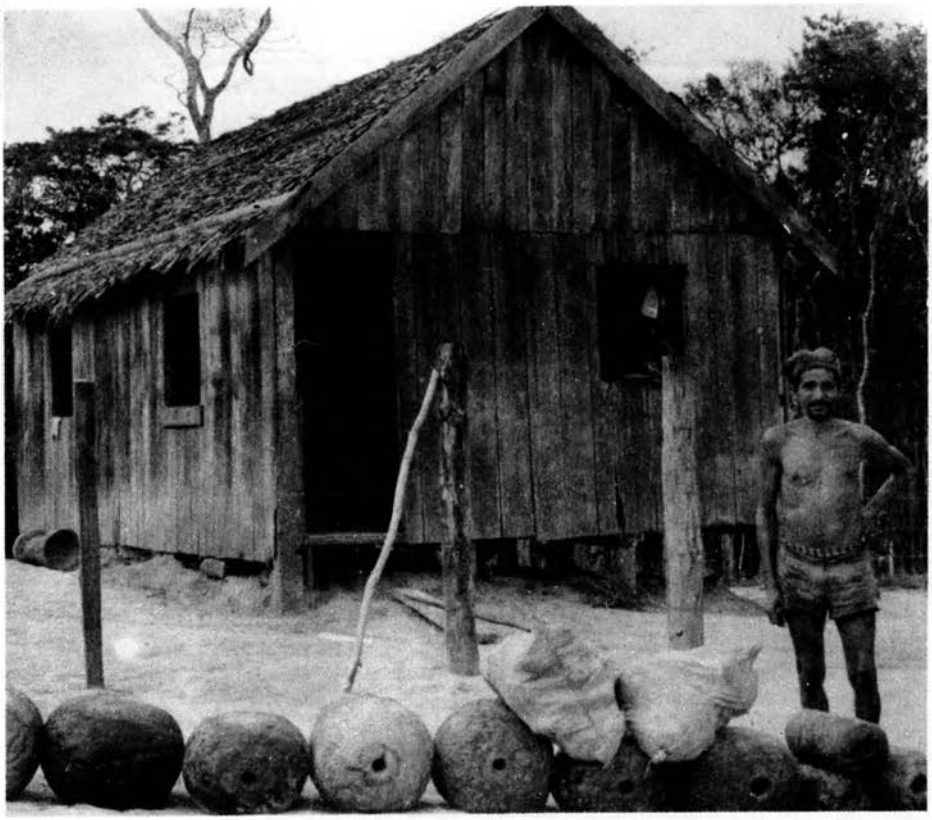
Procurando evitar o que aconteceu com a pavimentação dessa estrada no trecho anterior (Cuiabá-Porto Velho), que produziu uma das mais altas taxas de desmatamento na região amazônica (entre 17 e 20% do estado de Rondônia em menos de uma década), o BID exigiu do governo brasileiro um programa especial de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas na área de influência da estrada para o Acre (Pmaçi). Um grupo interministerial, coordenado pelo Ipea (Seplan), foi formado para estudar e implantar medidas imediatas e de longo prazo na região.

O contrato do empréstimo foi assinado em março de 1985 e até o momento, mais de três anos depois, nenhuma medida concreta foi tomada para evitar o impacto da estrada. O Ipea admite, em seus relatórios, a incapacidade do órgão atingir os objetivos definidos pelo projeto. Além disso, parcela reduzida da totalidade do empréstimo aprovado foi utilizada pelos órgãos governamentais, o que criou uma situação esdrúxula: o Brasil estava pagando juros por recursos não desembolsados.

Alerta ao BID

Acompanho esse programa desde maio de 1985. Em diferentes oportunidades procurei demonstrar o óbvio para os órgãos governamentais: naquela região vive uma população perfeitamente adaptada à floresta tropical, que são os seringueiros. Impacto ambiental, nesse caso, significa retirar essa população da floresta, que é o que vai ocorrer com a valorização da terra, um dos efeitos imediatos da obra. Medidas alternativas poderiam ser tomadas visando a regularização fundiária dos seringais com efeitos positivos para a economia regional e nacional.

Sauio Petean



Seringueiros: depois da denúncia, "os vilões da história" na versão do governo brasileiro.

Percebendo que a racionalidade desse argumento não obtinha eco dentro do sistema governamental, e que a estrada andava mais rápido que as medidas de proteção, não restou outra solução: em março deste ano, um líder dos seringueiros, Francisco Mendes Filho, participou da reunião anual do BID em Miami. Nesse fórum privilegiado, juntamente com entidades ambientalistas norte-americanas, ele relatou a ineficácia governamental, demonstrou a importância da estrada e solicitou medidas concretas ao BID. Cinco meses depois, o BID suspendeu o financiamento e estuda, agora, o cancelamento definitivo do empréstimo.

Vitória dos ambientalistas americanos e dos seringueiros? Apenas na aparência. O recurso do BID alocado neste projeto é pequeno (147 milhões de dólares). Isso significa que a suspensão do empréstimo não vai impedir a conclusão da obra e a estrada ficará pronta no próximo ano, com recursos nacionais. Se não por outra razão, ao menos para demonstrar autonomia de decisões frente às pressões externas por parte do governo brasileiro. Se ocorrer o cancelamento, os únicos prejudicados serão os seringueiros e os índios, porque os recursos para esse componente do programa deixarão de existir. E uma vez que o governo brasileiro criou o Pmaci por exigência internacional, não mais se sentirá pressionado a adotar medidas ambientais no âmbito da estrada.

Verdade oculta

Ou seja, para se defender de pressões externas o governo brasileiro pratica uma inversão completa no problema; de beneficiados em potencial por medidas justas e adequadas, os seringueiros e os ambientalistas passam a vilões da história: "Estão impedindo o progresso e, para isso, se aliam a grupos estrangeiros..." A verdade permanece oculta: o governo brasileiro não cumpriu os termos do contrato de empréstimo e, em função disso, os recursos foram suspensos e poderão ser cancelados por parte do BID. Os ambientalistas e seringueiros usaram de todos os meios, a nível nacional, para que o programa fosse executado e recorreram a uma instância internacional quando todas as alternativas haviam sido esgotadas.

A política externa do governo brasileiro em relação ao meio ambiente é defensiva, por duas razões. Primeiro, porque efetivamente nossos recursos naturais estão ameaçados e não é possível esconder isso de ninguém. Segundo, porque não foi gestada uma nova política adequada aos interesses da sociedade brasileira. Quando pressionado, o governo de hoje, civil, responde com argumentos do anterior, militar — "estão deturpando nossa imagem e isso afeta a soberania nacional".

O governo precisa entender que para nós, a maioria da sociedade brasileira, adotar uma política defensiva não resolve mais o problema. Porque somos nós, brasileiros, em primeiro lugar (e não eles, os americanos) que estamos interessados em manter nossas florestas e utilizar nossos recursos naturais de forma sustentável e em benefício da maioria da sociedade. Da mesma forma com a dívida. Nós, brasileiros, estamos interessados em conhecer em detalhes a composição interna da dívida e discutir se nos interessa pagá-la e como, ou trocá-la pela proteção ambiental.

Não queremos um governo que se curve, sem critérios, para exigências internacionais, não importa de onde venham. Mas não queremos, também, que um conceito de soberania nacional (tão antigo e desgastado) seja usado para encobrir a incompetência e o não cumprimento dos contratos por parte do poder público. Porque isso sim está afetando a nossa soberania.

Mary Helena Allegretti é antropóloga e presidente do Instituto de Estudos Amazônicos do Pará.

Agressões externas ao meio ambiente brasileiro

Paulo Schilling

Em 1992, estaremos "comemorando" o quinto centenário do "descobrimento" da América. Serão cinco séculos de violência e opressão sobre as gentes nativas do subcontinente latino-americano e caribenho e de depredação do meio ambiente originadas no exterior.

O "processo civilizatório" da América caracterizou-se pelo maior genocídio da história da humanidade, protagonizado inicialmente por espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses. E, posteriormente, pelos seus descendentes nascidos no "novo continente". Primeiro foi a matança dos nativos, assim descrita por frei Bartolomeu de las Casas:

"Entravam nos povoados, não deixavam crianças, nem velhos, nem mulheres prenhes, nem paridas que não desbarrigassem e fizessem pedaços como se fossem cordeiros em seus currais. Faziam apostas sobre quem de uma facada abria um homem pelo meio, ou lhe cortava a cabeça de um golpe, ou lhe descobria as entranhas. Tomavam os bebês das mães pelas pernas e davam com a cabeça contra as rochas..." (*Brevisima Relación de la Destrucción de las Indias*).

Logo, a escravidão dos negros, uma forma mal disfarçada de genocídio. Cristiano Ottoni, em um parecer oficial emitido em 1871, põe por terra a apologia que Gilberto Freyre intentou fazer da escravidão ("Amparou os escravos, alimentou-os com certa largueza, socorreu-os na velhice e na doença, proporcionou aos filhos oportunidade de ascensão social").Em realidade, como mostra Ottoni, os filhos não tinham oportunidade sequer de nascer, muito menos de ascender socialmente:

"Em todas as palestras entre os fazendeiros se ouvia este cálculo: compra-se um negro por 300$000; colhe por ano cem arrobas de café, que produz líquido pelo menos seu custo; daí em diante tudo é lucro. Não vale a pena aturar as crias, que só depois de dezesseis anos darão igual serviço.

Fábio M. Salles/Ag. Folhas

"E, em conseqüência, as negras pejadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto, em outras minguava a secreção do leite.... Dos nascidos na escravidão não escapavam mais de 5%."

Consultando os mais abalizados historiadores e considerando os indígenas dizimados pelos conquistadores e os africanos sacrificados (na operação de captura na África, nos navios negreiros, nas minas e nas plantações do continente) chegamos à conclusão de que não menos de 100 milhões de indivíduos foram mortos pela brutalidade, pela cupidez, pela voracidade sem limites dos auto-intitulados "civilizados".

Paralelamente, processava-se a depredação da natureza, do meio ambiente. Assim, as culturas — totalmente predatórias — do açúcar e do algodão praticadas pelos lusitanos e seus descendentes deram origem, no fundamental, à problemática região do Nordeste brasileiro: por um lado, a instituição das sesmarias, que originaram os atuais latifúndios, tornando excedente o homem; por outro, os monocultivos predatórios que transformaram a terra em desertos e modificaram o clima. Conseqüência: hoje, os nordestinos, subdesenvolvidos numa região ecologicamente destruída, estão condenados a viver mal e pouco, em média, 20/25 anos menos que os habitantes dos estados do Sul do país (ver Anuário Brasileiro de Estatísticas).

Ao lado da agricultura predatória, a exploração de minérios foi no passado — e continua sendo — outra das causas da deterioração do meio ambiente. As crônicas históricas mostram como os europeus, no afã de conseguir mais prata, introduziram o método do mercúrio no México, já em 1559/62 e no Peru, em 1570/72. No país dos incas, utilizando o mercúrio extraído das minas de Huancavelica.

Num dos melhores ensaios sociais já escrito na América Latina, Sergio Almaraz descreve o resultado:

"A 4 ou 5 mil metros de altura, onde não cresce nem a erva daninha, está o acampamento mineiro. A montanha exasperada com o homem, quer expulsá-lo. Desse ventre mineralizado, a água mana envenenada. Nas grotas, o goteio constante de um líquido amarelado, malcheiroso, chamado copajira, queima a roupa dos mineiros.

"A centenas de quilômetros, onde já há rios e peixes, a morte chega na forma de veneno líquido proveniente da dejeção dos engenhos. O mineral é extraído e limpo, porém a terra se suja. A riqueza se transforma em miséria...

"Oculto nos muros está o povo da fome e dos pulmões enfermos. Sem passado, nem futuro, essa miséria envolve tudo. O acampamento mineiro está simplesmente ali, perdido num rincão: fora dele, a solidão; dentro, a pobreza." (*Requiem para una Republica*)

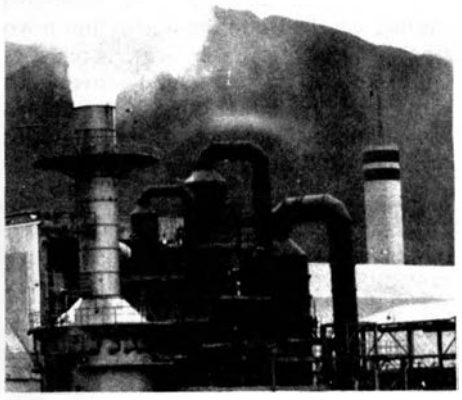
O ouro, a prata e os minerais industriais mandados à Europa financiaram as revoluções mercantil e industrial, que asseguram hoje o alto nível de progresso, conforto e bem-estar usufruídos pelos seus povos.

Aqui ficaram a erosão, os rios mortos e milhões de cadáveres. Frei Domingo de São Tomás, num testemunho histórico do trabalho indígena nas minas de Potosí, escreveu: "Não é a prata que se envia à Espanha, é o suor e o sangue dos índios".

Pierre Vilar (*Ouro e Moeda na História*) comenta: "E não se pode dizer que frei Domingo tivesse lido Karl Marx, que chega quase à mesma fórmula ao final do famoso capítulo XXXI do Livro I de *O Capital* sobre a acumulação primitiva. ('Se, segundo Augier, é com manchas de san-

Fernando Santos/Aq. Folha

Poluição: problema no Terceiro Mundo e alívio nos países centrais.



Regina Vieira

gue em uma das faces que o dinheiro veio ao mundo, o capital chega a este com.suor e lama por todos os poros'). Pode-se concluir que se Marx tivesse conhecido o texto de frei Domingo, o teria preferido ao de Augier".

Poluição importada

Em 1971, num artigo publicado no semanário *Marcha*, reproduzido posteriormente num livro editado pela Universidade de Montevidéu, analisávamos assim o problema:

"Outro fator que deverá ter enorme importância no desenvolvimento econômico mundial nos próximos anos, é o constituído pelo problema da poluição ou contaminação do meio ambiente. A tremenda concentração industrial nos países capitalistas centrais criou uma situação verdadeiramente catastrófica: o ar e os cursos d'água estão contaminados; metais tóxicos (em especial o chumbo, o mercúrio e o cádmio), disseminados no meio ambiente, seriam responsáveis por novas e terríveis enfermidades...

"Em conseqüência, a situação exige imediatas e drásticas medidas. E, como em geral ocorre, os países ricos intentarão transferir o problema para as áreas periféricas marginalizadas, ou seja, para os países do Terceiro Mundo. Em realidade, a transferência já ocorre parcialmente em forma natural. No Seminário Regional Latino-Americano sobre Problemas do Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento, realizado na cidade do México, em setembro último, um delegado denunciou um novo tipo de perda que se verifica nas relações entre os países ricos e os subdesenvolvidos (uma mais entre tantas outras): 'A combustão de hidrocarburantes, gases, matérias orgânicas etc., que se processa diariamente nos Estados Unidos consome uma quantidade de oxigênio determinada. Somente 60% do mesmo produz-se, por fotossíntese, no território dos EUA. É assim que os Estados Unidos devem ser considerados como *importadores* de oxigênio que toma dos países vizinhos e, ao mesmo tempo, um exportador de contaminação atmosférica e de águas'.

"Porém — asseguram os cientistas — esse *intercâmbio* que se processa naturalmente não seria suficiente para proteger devidamente a vida e a saúde dos habitantes do mundo rico. Era necessário adotar medidas mais radicais e economicamente mais caras...

"Surgiu assim uma solução conciliatória: selecionadas as indústrias consideradas mais nocivas como a química, a petroquímica, a siderurgia etc., as mesmas seriam transferidas gradativamente para os países subdesenvolvidos... É óbvio que se descarta a hipótese de tomar qualquer medida preventiva (que as tornassem mais limpas) nas indústrias a serem instaladas nos países periféricos.

"Essa possível transferência de indústrias determinada por problemas de poluição, enquadraria-se perfeitamente nos projetos anteriormente mencionados de 'racionalização' da produção mundial. E a médio prazo, a solução resultaria totalmente satisfatória: evitaria uma maior poluição nos países metropolitanos e paralelamente aumentaria os lucros dos monopólios com a exploração da mão-de-obra barata existente nos países subdesenvolvidos. Como declarou um técnico das Nações Unidas, 'o mundo rico viu nesses problemas de meio ambiente uma maneira como qualquer outra de fazer negócios' (AFP — 22/10/71).

"Alguns governos *cipayos* (expressão que indicava os soldados hindus engajados no exército inglês de ocupação na Índia. No Rio da Prata, diz-se de governo totalmente subserviente ao imperialismo) disputarão, inclusive, que se 'exporte a poluição' a seus respectivos países. Entre esses governos — podemos adiantar — estará seguramente o brasileiro. Um senador oficialista, José Sarney, já antecipou a posição da ditadura brasileira sobre o assunto: 'Que venha a poluição, sempre que se transfiram as fábricas'. Uma opinião totalmente de acordo com a filosofia predominante entre os militares que governam atualmente o Brasil; desenvolvimento a qualquer preço, sem nenhuma consideração de caráter nacional, social ou humano."

Poderíamos fazer todo um balanço do que é hoje a poluição importada, as agressões ao meio ambiente protagonizadas pelas empresas transnacionais que controlam, sem quaisquer medidas preventivas, a maior parte do parque industrial do país.

Como o pequeno espaço não permite isso, vamos nos limitar a citar um só fato, altamente elucidativo da maneira pela qual os monopólios estrangeiros tratam o povo brasileiro: como indivíduos de segunda ou terceira categoria.

Os automóveis — produzidos pelas transnacionais que controlam totalmente o setor — vendidos no Brasil lançam 48 gramas de monóxido de carbono no ar. As mesmas fábricas produzem carros exportados aos países ricos (Europa e Estados Unidos) cujo índice de poluição está reduzido a 2 gramas de monóxido/km.

Paulo Schilling é jornalista e escritor. Integra o Conselho Executivo do Instituto Cajamar e o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (Desep-CUT/SP).

TRAVESSIA

revista do migrante

Conheça e assine o mais novo lançamento do Centro de Estudos Migratórios! A revista *TRAVESSIA* é uma publicação quadrimestral, de caráter interdisciplinar. Cada número tratará de um tema específico.

Assinatura anual: Cz$ 500,00 Exterior: US$ 20

Envie cheque nominal para o Centro de Estudos Migratórios (CEM) — Caixa Postal 42.756 — CEP 04299 — São Paulo — SP

JOSÉ LUTZEMBERG

"Ninguém sabe o que vai acontecer"

Ag. Folhas

O engenheiro-agrônomo e ambientalista José Lutzemberg é uma das principais figuras da luta ecológica no Brasil. Em 1976 lançou o manifesto "O fim do futuro", que marcou a retomada do movimento pela defesa do meio ambiente, num momento de luta mais ampla contra o autoritarismo. Foi fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) que, na década de 70, serviu de referência para a criação de entidades ecológicas em vários estados do país. Nesta entrevista concedida ao programa Nova Terra, *da Rádio USP, da qual* Tempo e Presença *publica seus principais trechos, Lutzemberg fala da tragédia do Rio de Janeiro, do uso irracional do solo, das alterações no ecossistema e alerta para a possibilidade de catástrofes mundiais.*

TP — Como o sr. vê a utilização do solo no Brasil?

Lutzemberger — O aspecto mais importante que temos que analisar é o uso correto do solo. Hoje, no Brasil, a especulação imobiliária não conhece limites; se constrói tudo de qualquer jeito em qualquer lugar. Precisa ter uma disciplina, certas áreas devem ser destinadas à preservação, com direito à proteção. Veja os morros do Rio de Janeiro. Não existe nenhum serviço de proteção e o povo também mete fogo todos os anos. São os eternos incêndios, é uma coisa horrível as queimadas que estão acontecendo neste país, em toda parte. Nunca vi coisa semelhante. Parece que o brasileiro tem raiva de seu país, vive metendo fogo na paisagem. Precisamos nesse país de uma enorme e sistemática campanha contra os incêndios.

Parece que o brasileiro tem raiva de seu país. Ele vive metendo fogo na paisagem

TP — O sr. poderia explicar melhor o que aconteceu no Rio de Janeiro?

Lutzemberger — O velho bairro de Santa Tereza, em grande parte, é sustentável, mas também tem algumas partes muito mal feitas. No Leblon está se vendo altos edifícios em encostas quase verticais. Ali são áreas de preservação, quer dizer que tem que haver um certo sistema ou plano geral para região. O mesmo acontece com as regiões baixas, que são de inundações anuais, em todas as nossas cidades. Estão permitindo que o pessoal construa casas em áreas inundáveis. Depois, quando vem a inundação, que é inevitável, estamos aí com uma tremenda tragédia. Essas áreas não deveriam ser ocupadas. Precisamos de um uso racional do solo, precisa haver planejamento.

TP — Técnicas como o plantio de árvores nas encostas seriam uma alternativa para evitar o deslizamento?

Lutzemberger — É uma das medidas indispensáveis, mas sozinha não vai resolver. Precisamos de um planejamento muito mais amplo e mais sistemático. Em primeiro lugar, temos que ver o uso correto do solo, decidir de antemão onde se pode ou não construir. Essa decisão, naturalmente, vai depender de levantamentos de solo, geológicos, de levantamentos de flora e fauna. Temos que ter uma disciplina urbana.

TP — As autoridades já sabem que determinadas coisas deveriam ser feitas para uma melhor ocupação do solo. Por que os programas do governo nessa área não têm o andamento necessário?

Lutzemberger — Por um lado, não existe preocupação com a miséria. O pessoal que faz favelas lá em cima, não está lá porque gosta; está lá porque eles não têm outra chance. Nós temos um sistema que cria uma imensa miséria, então, muita gente se vê obrigada a construir seu barraco em qualquer lugar. Sobram as partes mais íngremes, como lá na Baixa do Sapateiro, onde o pessoal vive em palafitas. Temos que resolver a questão social. Será que num país com 8,5 milhões de km² e 130

milhões de habitantes tem sentido, um brasileiro não encontrar um terreno decente? O segundo é que nós precisamos ter disciplina. Hoje, se uma imobiliária suficientemente forte quer fazer uma construção, ela consegue sempre fazer porque basta comprar, corromper algum funcionário. Isso acontece toda hora porque nós não temos governo.

Será que num país com 8,5 milhões de km² tem sentido um brasileiro não encontrar um terreno decente para morar?

Flávio Limoncic

TP — Por que o tempo está tão maluco?

Lutzemberger — Enquanto o Rio estava sofrendo de excesso de chuva, nós do Sul estávamos com seca. A sociedade industrial moderna está mexendo com todos os mecanismos de controle do clima. O primeiro é o gás carbônico. Nos últimos duzentos anos, pela queima de combustíveis fósseis nas indústrias e nos carros, na calefação, já aumentamos em 30% a concentração de gás carbônico na atmosfera. E o gás carbônico é um dos filtros de luz que tem efeito fundamental sobre o equilíbrio térmico da atmosfera.

Estamos mexendo também com ozônio. Todo mundo já ouviu falar do buraco de ozônio que está surgindo no hemisfério sul, pólo sul. Isso se deve, em grande parte, à introdução de gases *freon* na atmosfera, quase 1 milhão de toneladas por ano. Além disso, temos as poeiras e os aerosóis originados da fumaça quando se queimam florestas, como na Amazônia, no cerrado, no Brasil Central. Eu vi, em Washington, no Centro Espacial, imagens de satélite, onde se via a região Amazônica, parte de Rondônia e Acre, numa fumaceira só, fumaças tão grandes que apareciam em imagens de satélite tiradas a 30 mil km de altura. Uma coisa incrível. As florestas tropicais úmidas têm uma fantástica evapotranspiração, ou seja, da água de chuva que cai sobre essas florestas nas primeiras 48 horas, 75% é devolvida para a atmosfera fazer novas nuvens. Outra parte da água não chega ao solo, pois se evapora sobre as folhas; uma terceira parte é devolvida à atmosfera. Ora, essa fantástica evapotranspiração tem um grande efeito de resfriamento na atmosfera do planeta. Muitas florestas estão acima do Equador e afetam ambos os hemisférios. Mas, hoje, estamos destruindo essas florestas num ritmo assustador. São 100 mil km² por ano, uma área equivalente ao território de Portugal. Onde desaparece a floresta, desaparece aquela fantástica evapotranspiração e surgem terrenos nus ou capoeiras pobres que, em vez de fazer evapotranspiração, fazem correntes quentes; que, ao não criar novas nuvens, diminuem, dissolvem as nuvens que estão chegando. O clima do planeta é uma coisa tão complicada, depende de tantos fatores, que mesmo os melhores climatólogos com baterias e computadores não têm condições de prever exatamente o que vai acontecer. O que podemos prever é que vai acontecer muita coisa ruim. Eu usaria a seguinte imagem: digamos que estivéssemos num Boeing 747, esse imenso avião Jumbo, com aquele mundo de aparelhos e relógios na cabine de comando. Em vez de termos ali dois pilotos experientes, teríamos meia dúzia de macaquinhos brincando com tudo aquilo.

Essa é a nossa situação. Estamos nos comportando como se fôssemos macaquinhos na cabine de comando de um aparelho desses. Estamos mexendo com todos os controles que durante centenas de milhões de anos a vida nesse planeta estabeleceu para manter o clima propício para ela. E achamos que podemos continuar fazendo isso sem tornar o clima pior do que já está!

A sociedade industrial moderna está mexendo com todos os mecanismos de controle do clima

TP — O que poderá acontecer num futuro próximo?

Lutzemberger — O pior desastre que pode acontecer e já, nem precisa haver esse tipo de coisa que houve no Rio de Janeiro, é se nós tivermos pequenos desequilíbrios climáticos constantes. Digamos que chova um pouco menos na região dos cerrados, que passe a chover no Rio Grande do Sul e que chova menos na Europa Central e no centro dos Estados Unidos ou nas regiões agrícolas da União Soviética e do Japão. Já não teremos mais colheitas seguras. Hoje, passamos de 5 bilhões de habitantes nesse planeta.

E se isso acontecer vai ser uma calamidade indescritível. Atualmente, cerca de 100 milhões de pessoas morrem de fome todos os anos. Sem colheitas seguras, vão morrer bilhões de pessoas. Basta fazer um raciocínio simples: essa gente toda não vai se retirar tranqüilamente. Vamos ter convulsões sociais, guerras, calamidades; nem precisamos chegar ao ponto de alterar o equilíbrio climático, ao ponto de os mares subirem 50, 100 metros e inundar o que é hoje a maior parte do Rio de Janeiro, Nova Iorque, Buenos Aires, Hamburgo etc. Causas muito menores vão provocar calamidades indescritíveis nos próximos 20, 30 anos.

São 100 mil km² de florestas tropicais destruídas por ano. É um Portugal inteiro

TP — O que os movimentos ecológicos poderão fazer para evitar essa tragédia?

Lutzemberger — Os movimentos ecológicos não são organismos como um órgão do governo que tem dinheiro e burocracia. Os movimentos ecológicos são associações de indivíduos, de cidadãos preocupados, desesperados, que estão vendo o que está acontecendo e querem contribuir para uma mudança. Pessoalmente, estou há dezessete anos nessa briga, muitas vezes enfrentando ameaças e dificuldades. Nós não podemos esperar grandes coisas do movimento ecológico, porque trata-se apenas de cidadãos desesperados, que conseguem contribuir para mais conscientização e isso é fundamental. Precisamos chegar a uma conscientização mais ampla do público e, finalmente, daqueles que se dizem governo.

ÁGUA

O perigo da escassez

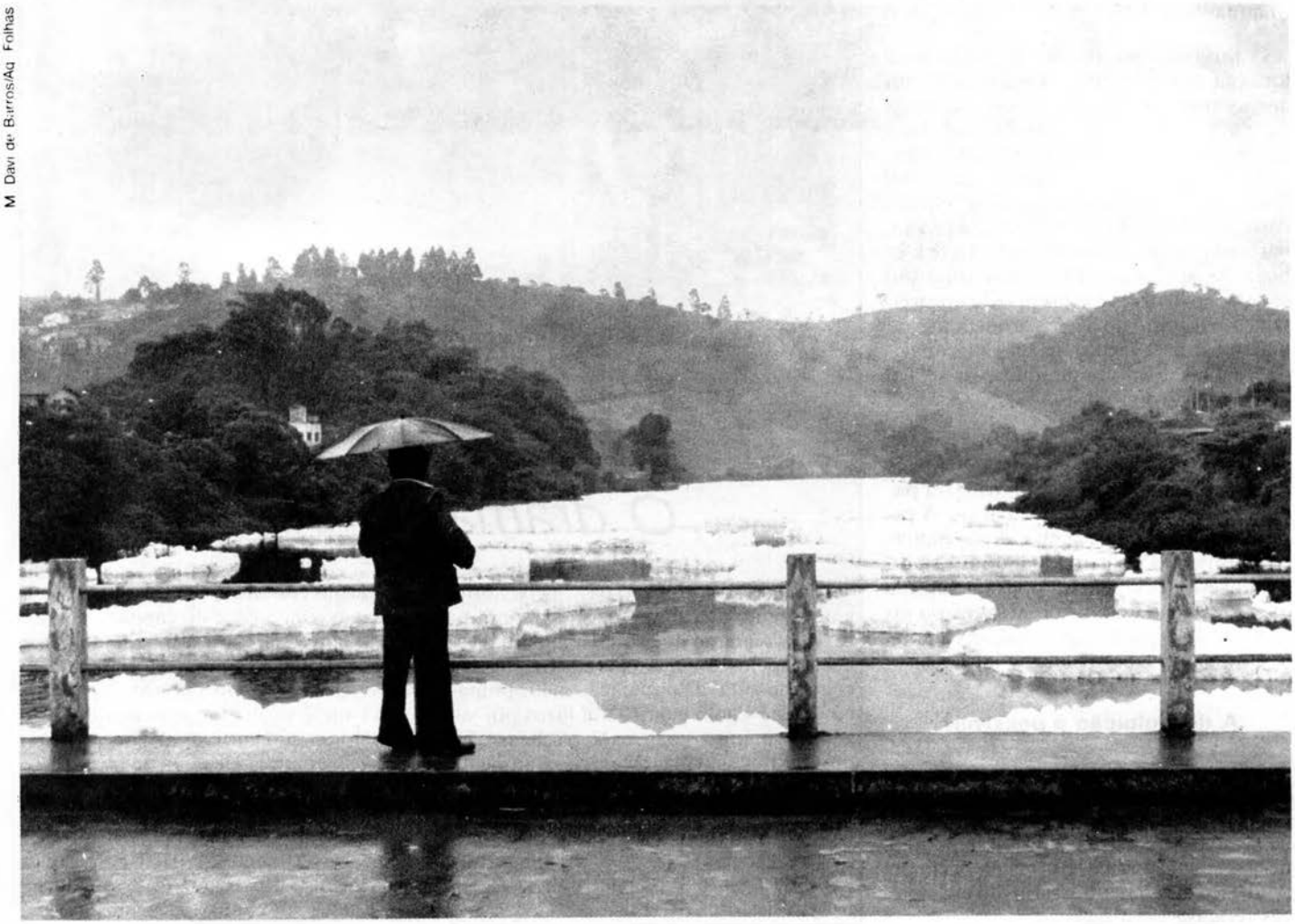
O crescente processo de poluição da água está comprometendo a qualidade de vida das populações. A pressão da sociedade civil para a adoção de medidas urgentes de recuperação dos mananciais de superfície é a única forma de evitar uma tragédia que parece próxima e irreversível.

José Eduardo de Campos Siqueira

O fenômeno da poluição das águas consiste na destruição da fauna e flora aquáticas em conseqüência do lançamento de esgotos domésticos e industriais. Por outro lado, a decomposição da matéria orgânica retira da água o oxigênio vital para a manutenção das espécies aeróbicas, destruindo o equilíbrio existente entre micro e macro-organismos, animais e vegetais. Desequilíbrio semelhante pode ser causado pelo lançamento de substâncias tóxicas ou nocivas de qualquer espécie, como é o caso de óleos e graxas, detergentes, metais, fenóis, praguicidas, integrantes dos despejos industriais e agro-industriais.

A solução é coletar os esgotos, tratá-los através de técnicas adequadas e disponíveis e lançá-los em pontos apropriados uma vez destruído seu potencial poluidor. Ao Estado compete, direta ou indiretamen-

M. Davi de Barros/Ag. Folhas



te, prestar todos os serviços relativos aos esgotos domésticos e também fiscalizar a poluição industrial. O problema é que isso acontece de modo parcial e distorcido com a poluição se agravando nas regiões metropolitanas, particularmente em São Paulo, onde o crescimento urbano acelerado acarreta um problema crônico de abastecimento de água.

Quem paga a conta?

Foi, basicamente, o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, depositado no antigo Banco Nacional de Habitação (BNH), que pagou as empreiteiras responsáveis pelas grandes obras sanitárias. Esse fundo instalou e mantém até hoje as burocracias do setor. Mas este não é ainda o fato essencial.

É preciso atentar para um aspecto estrutural da questão. Quando o Estado permite, apesar de toda a capacidade instalada da Cetesb, que se deteriore a qualidade da água dos rios e lagos, está abrindo caminho para uma violenta expropriação adicional da mais-valia em favor da classe dominante.

O preço do tratamento da água para torná-la potável aumenta na medida em que aumenta a poluição dos mananciais e quem paga é a população em geral, fundamentalmente os assalariados. As alternativas para o abastecimento de São Paulo, por exemplo, são caríssimas em decorrência da poluição dos rios da região, particularmente os da bacia do Tietê (ver box). As aplicações do sistema atual são soluções paliativas e o propalado aproveitamento do Alto do Tietê representará, no máximo, um aumento de 30% de capacidade atual. Sem contar que isso só vai ocorrer por volta do ano 2005.

Aconteça o que acontecer, os recursos virão dos contribuintes, dos trabalhadores brasileiros e boa parte do dinheiro irá para os empreiteiros e intermediários. A expropriação que começa quando os capitalistas privados poluem, quando o Estado não investe seus recursos no tratamento e disposição dos esgotos domésticos ou no controle da poluição industrial, se completa com as soluções finais de alto custo.

A despoluição é possível?

Estamos diante de um grande problema. Em especial no que se refere à região da Grande São Paulo onde viverão 20 milhões de pessoas no fim do século. Caso permaneça a situação atual, os rios da bacia do Alto Tietê terão se transformado em cloacas fétidas.

Deve-se entender que a densidade demográfica da região, por si só, já é um grave problema e que a poluição e o abastecimento não podem ser discutidos isoladamente. Não dá sequer para pensá-los fora do contexto das reformas agrária e urbana que a burguesia e suas elites no poder se mostram incapazes de realizar.

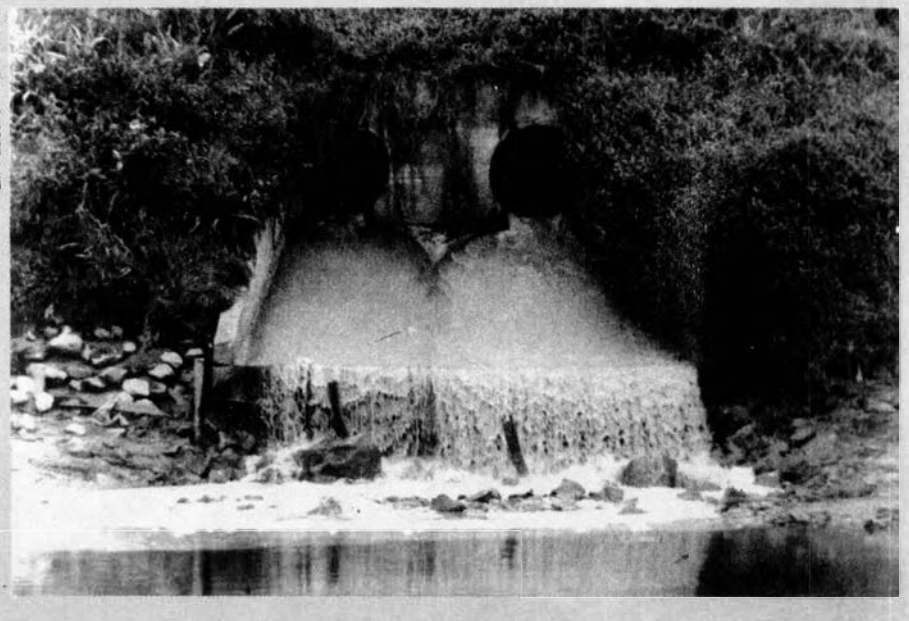
Isso quer dizer, simplesmente, que não há solução técnica para o problema da poluição. Não que o capitalismo seja incapaz de resolvê-lo. Temos o exemplo do rio Tâmisa, despoluído cinco anos depois de promulgado o *Antipolluction Act*, de 1965.

É claro que a legislação inglesa garantia a aplicação de suficientes recursos financeiros e tecnológicos — situação característica das economias centrais do capitalismo. Mas, além disso, havia a necessária vontade política de solucionar o problema. Na Inglaterra, os programas contra a poluição somente foram possíveis graças a um acordo interclasses mais razoável, onde o prejuízo foi socializado com menores perdas para os trabalhadores.

Já ouvi conceituados especialistas do setor afirmarem que no Brasil o problema não está na lei e sim em sua aplicação prática. É quase isso. Nem a ditadura militar nem a direita civil que lhe sobreveio detêm legitimidade e poder para coagir o capital a aceitar algum ônus pelo bem público.

A despoluição efetiva dos rios, lagos e represas, assim como as demais reformas, deverão permanecer num compasso de espera até a instalação de um governo que represente realmente os interesses dos trabalhadores e da maioria do povo brasileiro.

José Eduardo de Campos Siqueira é coordenador de amostragem e inspeção sanitária e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb.



Gil Passarelli/Ag. Folhas

O drama do Tietê

Nos anos 50, o Tietê dava peixe; hoje é um esgoto a céu aberto. São 100 mil litros por segundo que só servem para receber despejos e gerar energia elétrica. O consumo atual da população metropolitana de São Paulo é de 40 mil litros por segundo e inúmeros bairros só recebem água um dia por semana. A escassez aumenta rapidamente e a tecnocracia especializada continua propondo soluções grandiosas do tempo do "milagre" brasileiro. Por causa da poluição das fontes mais próximas, boa parte da água que os paulistanos bebem já vem de Minas Gerais.

As tarifas crescem 400% ao ano em descompasso com a crise do capitalismo nativo e, sobretudo, com o minguado salário dos trabalhadores, único fornecedor de recursos desse serviço público. Nesse ritmo, no ano 2000, o "precioso líquido" poderá ser contado entre os artigos de luxo. É preciso lembrar que água de boa qualidade em quantidade suficiente para todos é importante fator de saúde pública. E que a predação dos rios, particularmente do Tietê e seus afluentes, é parte considerável da imensa dívida que os governantes atuais têm para com o povo brasileiro.

AMBIENTE DE TRABALHO

Morte em silêncio

No dia-a-dia do trabalho, uma realidade passa quase despercebida. É bem provável que anualmente 2 milhões de brasileiros sejam contaminados por substâncias tóxicas adquiridas nos locais de trabalho.

Clara Ant

Os trabalhadores da Fiberglas, de Rio Claro, perderam mais de um companheiro vitimado pela silicose. Desta vez foi o Vicente Oscar Prado, sepultado no dia 22 de fevereiro de 1988. Em junho de 1985, foi o Luiz Antonio. Sob as vistas grossas dos médicos e autoridades, a empresa tentou negar que a causa real desta última morte fosse a silicose, doença adquirida no trabalho, provocada pelo acúmulo de pó de pedra nos pulmões. Mas foi desmascarada por uma autópsia, que o sindicato e a família mandaram realizar no cadáver. Esta autópsia acusou que Vicente morreu em conseqüência de insuficiência respiratória, derivada de lesão granulomatosa crônica de pulmão — e não de uma simples crise gastro-intestinal, assinalada no atestado de óbito passado pelo médico da UTI da Santa Casa local.

Para conseguir a versão real da morte, o sindicato e os familiares de Vicente tiveram que agir rápido e com rigor. Para se obter a autópsia, foi preciso embargar o sepultamento e isto aconteceu no exato momento em que o caixão deveria seguir para o cemitério. Houve então aquele rebu, com a presença da polícia, reclamação de médicos e comunicado da empresa nos jornais. Mas a verdade acabou por prevalecer, contra a farsa e a mentira da empresa e dos que com ela colaboram, em detrimento do trabalhador.

A Fiberglas, uma empresa multinacional, opera com matéria prima altamente insalubre, que torna as condições de trabalho inseguras e perigosas. Contra essas péssimas condições de trabalho, que já arruinaram a saúde de muitos companheiros e levaram à morte alguns deles, foi feita uma greve na empresa em novembro de 1987, com quatorze dias de duração. O Tribunal deu ganho total de causa aos grevistas e determinou que a empresa dotasse o local de trabalho de mecanismos neutralizantes da insalubridade.

Mas a atitude da empresa, demonstrada no episódio da morte de Vicente, indica que a exigência de implantação desses dispositivos não está sendo respeitada. Ela faz tudo para esconder o que se passa em seu interior, utilizando do poder que detém na área do trabalho.

Os trabalhadores não devem se deixar enganar pela sua pregação paternalista, ou se intimidar com suas ameaças. A unidade e disposição de luta, demonstradas na greve, devem ser mantidas e ampliadas. O descumprimento às normas de segurança precisa ser denunciado sempre e a qualquer custo, para que outros companheiros não se tornem inválidos ou venham a morrer de silicose.

(Extraído de O Vidreiro, nº 40, abril 1988, órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais e Espelhos de São Paulo)

Fiberglas: Vicente morre de Silicose, mas empresa tenta provar que a causa foi outra

Arquivo *O Vidreiro*

Os riscos a que estão expostas a vida e a saúde dos trabalhadores raramente vêm a público. O ambiente de trabalho é uma espécie de "caixa preta" para a sociedade e, o que é mais grave, para o próprio trabalhador.

Quantos Vicentes são sepultados sem que seu sindicato ou sua família possam responsabilizar a empresa? Quantos Vicentes tem hora marcada para morrer?

De acordo com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), no ano de 1987 foram registrados 6.382 casos de doenças profissionais em todo o Brasil, número aparentemente reduzido em relação à quantidade de trabalhadores segurados que é de pouco mais de 20 milhões.

Ora, nos países europeus onde a vigilância sobre o ambiente de trabalho alcançou eficácia, registrou-se, num primeiro momento, a *equivalência* entre doenças e acidentes e, em seguida, o número de doenças *ultrapassou* o de acidentes. O Brasil, que já foi consagrado campeão mundial de acidentes de trabalho, mantém — apesar de todos os malabarismos legais para esconder esta realidade — a média anual de mais de 1 milhão de acidentes *oficiais*. Ainda que as doenças sejam computadas no mesmo total dos acidentes, a experiência relatada por sindicalistas europeus permite caracterizar o dado do INPS como mera formalidade e não como uma informação estatística real. É bem provável que o número de doenças chegue a 2 milhões de casos por ano, considerando-se os trabalhadores não cadastrados pela Previdência.

Não poderia ser diferente. No cotidiano do trabalho, homens, mulheres e crianças estão expostos a milhares de substâncias tóxicas, das quais no Brasil apenas duzentos tem os limites de tolerância estabelecidos (Norma Regulamentadora nº 15 — CLT). Limites que, diga-se de passagem, são generosos com os empresários quando comparados aos de outros países. Acrescente-se ainda que, em geral, os trabalhadores estão expostos a mais de uma substância tóxica e há outros fatores que interferem em sua saúde: o esforço físico, o ruído, a umidade, o calor, a vibração, a radiação e outros, entre os quais as condições de trabalho, como a extensão da jornada, o ritmo de produção, os baixos salários, a rotatividade ou a insegurança no emprego.

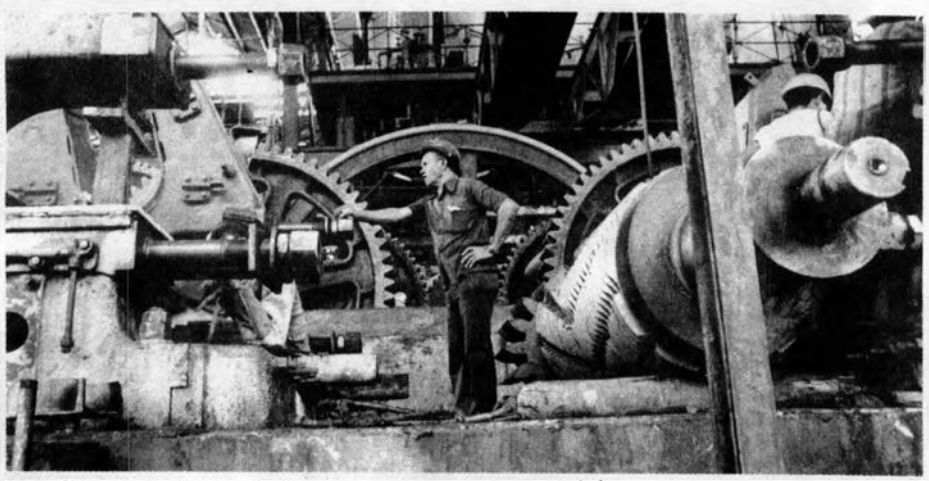
O trabalho com chumbo provoca anemia, cólica, lesão nos nervos...

Mas, no Brasil, só são reconhecidas 21 doenças profissionais, excetuando-se inúmeras outras decorrentes do trabalho como as derivadas da aspiração de fibras naturais. A lei também eliminou a noção de concausa, excluindo portanto todas as doenças decorrentes das demais condições de trabalho ou de sua combinação.

A lei termina por combinar duas manobras francamente prejudiciais ao trabalhador: ela isenta o empresário da indenização que é de responsabilidade da Previdência e restringe o universo de beneficiários para isentar o próprio Estado. Isso pode diminuir as estatísticas mas não o drama que é vivido nos locais de trabalho.

Os efeitos do benzeno, do amianto, da sílica, do chumbo, do mercúrio, dos ruídos, para citar apenas alguns, são conhecidos pelo menos da medicina (ver quadro). No caso das poeiras minerais, Hipócrates já atribuía a elas as dificuldades de respiração e a morte precoce dos mineiros da Grécia antiga (ver *Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde*, vários autores, Hucitec, 1986, São Paulo).

As instituições especializadas divulgam informações estarrecedoras. Por exemplo: de acordo com o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, estima-se a existência de 20 a 30 mil trabalhadores com silicose pulmonar, enquanto a Fundacentro avalia que atualmente cerca de 70



Jesus Carlos/Joornal

Operário: peça descartável na engrenagem empresarial.

mil trabalhadores estejam diretamente expostos ao risco, representado pelo asbesto. Os sindicatos de metalúrgicos constatam que entre 60 e 70% dos integrantes da categoria estão com a audição afetada.

Apesar destas e outras informações, em quase todas as empresas, sejam elas estatais, como a Cosipa (com mais de mil leucopênicos afastados), nacionais como a Ibar e outras do grupo Votorantim, ou multinacionais como a Mercedes Benz, conhecer o risco, saber da doença, poder ser tratado e, finalmente, indenizado, se constitui para os trabalhadores numa verdadeira guerra. O caso de Vicente, vidreiro de Rio Claro, é exemplar para dar a dimensão da luta que está colocada para os trabalhadores brasileiros em defesa de suas vidas.

Essa guerra produz, além dos contaminados, outro tipo de vítima. Centenas de integrantes de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) vêm sendo perseguidos, ameaçados e até demitidos, sempre que ultrapassam os limites da conivência com os patrões, apesar da lei (artigos 163 a 165 da CLT) garantir sua existência e a estabilidade para seus membros.

O empresariado procura caracterizar esta luta como uma conspiração contra a empresa privada, como um lance eleitoral ou mesmo como invenção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou do Partido dos Trabalhadores (PT), seguindo à risca o estilo do governo da "Nova República" quando não tem respostas a dar aos graves problemas que vive a população brasileira.

Assim fez a fábrica de baterias Ajax, de Bauru, com o prestativo auxílio da imprensa e de um médico que, como outros da área, abandonou a dignidade profissional para ajudar a empresa a minimizar, perante a opinião pública, o prejuízo que ela causa aos seus empregados e aos moradores (ver *Diário de Bauru*, 01/11/87).

Assim fez Antonio Ermírio de Moraes no caso da Votorantim, em 1986, e mais tarde na Ibar, onde uma greve — com a reivindicação exclusiva de saúde — foi sumariamente caracterizada pela direção do grupo Votorantim como greve política e cerca de um terço dos empregados foi demitido, sem que as medidas de higiene e segurança fossem adotadas como atestam os próprios moradores da Vila Bandeirantes, vizinha da Ibar, no município de Poá, na Grande São Paulo, igualmente atingidos.

O empresariado teme o avanço da ação sindical em defesa da saúde e da segurança no trabalho porque teme perder mais esta forma de barateamento dos custos de produção. Ele teme deixar de usufruir da generosidade da lei e da fiscalização que até hoje permite tratar o trabalhador como uma peça facilmente descartável, sem necessidade de manutenção. Cabe lembrar a resistência do Grupo 14 da Fiesp na última campanha salarial dos metalúrgicos do ABC e interior em aceitar a renovação das cláusulas referentes a higiene e segurança no acordo coletivo de trabalho.

O receio da "caixa preta" ser aberta pode ser medido pela campanha iniciada, não por acaso, pelo sindicato patronal dos químicos, contra o cumprimento da convenção nº 148 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já ratificada pelo Brasil. Esta convenção garante o acompanhamento dos sindicatos na fiscalização e já houve até um seminário nacional com o objetivo de preparar os empresários e seus prepostos para se defender de tal "ataque".

Sem exagero, é possível afirmar que a preservação da vida e da saúde de dezenas de milhões de brasileiros, mesmo aqueles que não trabalham em ambientes insalubres mas sofrem suas conseqüências, está diretamente ligada à capacidade que se tenha de impor a democracia e a liberdade sindical no país.

Clara Ant é arquiteta, deputada estadual (PT) e presidenta da Comissão Permanente de Relações do Trabalho da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Usos e efeitos tóxicos de algumas substâncias químicas e industriais

Substância	Uso e contaminação	Efeitos
Asbesto (amianto)	extração e tratamento de minérios, fabricação de material isolante, lonas para freios, caixa d'água, roupas de proteção	Asbestose, câncer, mesotelioma
Benzeno	destilação do alcatrão da hulha, destilação de petróleo, indústria da borracha, revestimentos impermeáveis, cola de sapateiro, solvente, verniz, desengordurantes de peças metálicas, fabricação de sabão, combustível, indústria de couros, redutores e viscosidade	altera o funcionamento do sistema nervoso (depressão), anemia irreversível, lesão do fígado, leucemia
Chumbo	mineração, metalurgia, construção, munição, baterias, pigmentos, soldas, gráficas, inseticidas, baterias contra radiações, lapidação de diamantes, lubrificantes, gasolina	mal estar geral, anemia, cólicas, lesão nos nervos e rins, abortos, mal formação fetal
Mercúrio e derivados	metalurgia, fabricação de instrumentos científicos (termômetro, manômetro), indústria elétrica, odontologia, baterias, purificação do ouro e prata, antisséptico externo (cloreto de mercúrio), indústria de couro e peles (nitrato de mercúrio), venenos agrícolas (derivados orgânicos)	transtornos digestivos, lesão dos rins, pulmões e boca, lesão do nervo, cérebro e pele, aborto, mal formação fetal (metil mercúrio)
Sílica	mineração, pedreiras, fundições, cerâmica, louça, vidro, construção civil, moagem de pedras, fábricas de abrasivos, jateamento de areia, rebarbação, esmerilhamento	doença pulmonar irreversível (silicose)

Fonte: *De que adoecem e morrem os trabalhadores*, Herval Pina Ribeiro e Francisco A. de C. Lacaz, Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho, São Paulo, 1984.

Do Êxodo libertador à visão da Criação: uma proposta de vida

Zwinglio Mota Dias

"Pois nele vivemos, e nos movemos, e existimos, como alguns dos vossos poetas têm dito: porque nele também somos geração." (Paulo, At 17,28)

"E Deus andava pelo espaço quando, olhando ao seu redor exclamou: Estou só! Vou fazer um mundo para mim!" (James W. Johnson, *The Creation*)

Na teologia cristã tradicional e, em decorrência, na tradição popular cristã, persiste uma compreensão da criação da vida e do mundo que está longe do sentido histórico que as narrativas registradas no livro de Gênesis procuram transmitir. Esta compreensão relaciona-se com uma visão de Deus, construída através dos séculos a partir da expansão e consolidação do cristianismo na assim chamada cultura ocidental, totalmente separada e estranha à realidade concreta da vida e do mundo. Nesta concepção teológica Deus é entendido como o *primus movens*, a causa primeira, o criador da vida — do universo, do homem e da natureza — mas transcendendo de forma absoluta estas realidades.

Este Deus absolutamente outro em relação à natureza e ao ser humano, evidentemente, está fora do alcance de qualquer analogia com a experiência humana. Absoluto, criou o universo e a vida por um ato de pura vontade, no exercício de sua total liberdade, arbítrio e poder. Nada há nele que indique comunhão, amor, justiça, partilha, interação, paixão, sofrimento, alegria, ou seja, experiências, desejos, sonhos, (in)tensões, utopias, buscas que caracterizam a realidade da vida humana.

Esse Deus, no entanto, tem pouco a ver com o Deus da revelação bíblica. Sua representação teológica reflete basicamente as condições sócio-culturais e econômicas das sociedades tradicionais com sua estrutura patriarcal, rigidamente hierarquizada e projetando o modelo ideal de uma estrutura independente e separado da massa de súditos ou servos, os quais não tem outra razão na vida senão a de obedecê-lo cegamente. A diferença das culturas antigas, a cosmovisão dos hebreus ao apresentar Deus como criador e o homem como sua obra prima, criado a sua imagem, rompe com a tradição mítica até então vigente, de um Deus imerso ou idêntico à natureza. A superação destas visões do sagrado, que nada mais eram que uma projeção transfigurada das relações de poder existentes nas respectivas culturas onde emergiam, deu lugar à visão de um mundo que deixa de ser espaço da luta entre deuses em busca de supremacia e sujeição dos homens, para transformar-se no espaço do homem, chamado a sujeitar a natureza e ser responsável pela sua história numa relação com Deus não mais medida em termos de dominação e servidão. Para os hebreus a relação Deus/ser humano se dá dentro da história e de forma dialógica, onde Javé interpela suas criaturas a partir do horizonte do projeto histórico que estas vão conformando. No desenvolvimento da tradição bíblica tanto os profetas como o Evangelho são expressões desta interpelação no contexto da história de Israel e do conjunto da humanidade.

Como assinalou J. Moltmann em *God in Creation*, "devemos começar a entender Deus na consciência de seu Espírito, por causa de Jesus Cristo, como o Deus triuno, o Deus que, em si mesmo, constitui-se na única e perfeita fraternidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Se deixarmos de entender a Deus monoteisticamente, como o Único, o Sujeito Absoluto, e, ao invés, passarmos a vê-lo no sentido trinitário como a unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, não poderemos mais conceber seu relacionamento com o mundo, que ele criou, como um relacionamento unilateral de dominação". Assim o Deus dos Israelitas e da tradição cristã autêntica é o Deus presente na história humana, misturado às vicissitudes e realizações humanas e não apenas motor gerador do universo e da vida, impessoal e encerrado na solidão egoística de sua auto-suficiência. É o Deus que cria o homem à sua imagem e semelhança, isto é, que empresta à sua criatura aquilo que lhe é mais característico: sua capacidade criativa. Deus cria o homem criador e o acompanha em seu processo de vida (projeto histórico).

Interpretando a história...

Por obra e graça de muitas (con)tradições a Bíblia que conhecemos hoje começa com o livro de Gênesis. Entretanto, o acontecimento basilar sobre o qual descansa todo o desenrolar da história de Israel e, posteriormente, da fé cristã, não está registrado ali. O acontecimento que funda Israel como povo, que molda sua memória histórica e estabelece as bases para sua estruturação nacional é o Êxodo — a epopéia da libertação da escravidão na superpotência egípcia, para a aventura da construção de uma nacionalidade baseada no

exercício da justiça, da liberdade e da paz. Toda a história de Israel é interpretada a partir desse acontecimento histórico paradigmático e determinante da auto-compreensão desenvolvida pela cultura hebraica.

O poema da criação, encontrado em duas versões no Gênesis é de composição posterior à redação dos relatos do Êxodo, o que revela que a vocação de "ser mais" do homem, de acordo com a cosmovisão hebraica, só pode ser corretamente entendida à luz desse processo libertador. Como assinala S. Croatto, "não teria sido possível escrever essas eloqüentes páginas do Gênesis sem o acontecimento meditado do Êxodo. Elas são a interpretação deste, expressa em linguagem do originário, do que é 'projeto' ontológico do homem" (*Êxodo, uma hermenêutica da liberdade*, p. 75).

Assim, a fé na criação é procedida e fundamentada na consciência da libertação, que recupera a dignidade humana espezinhada na escravidão e recoloca em novas bases as relações do ser humano com a natureza, com seus semelhantes e com Deus, a fonte da vida.

As sucessivas releituras do texto do Gênesis, dissociadas do acontecimento fontal — o Êxodo — que deu origem à experiência israelita de uma nova interpretação/compreensão do "lugar do homem/mulher no cosmos" tem levado a uma equivocada e desastrosa visão do papel do ser humano no conjunto das relações que constituem a história e a sujeição da natureza a serviço da vida. No plano das relações humanas, a perspectiva de independência e responsabilidade do homem enquanto indivíduo girando ao redor de seus próprios interesses e impulsos (longe de Deus e hostil ao conjunto da criação) só tem gerado relações de injustiça, de opressão de uns sobre os outros, portanto de falta de paz e ameaça contínua de aniquilação. Com relação às relações do ser humano com a natureza, a visão de sua auto-suficiência em função de uma também equivocada compreensão de sua capacidade de transcedência aos limites do mundo material tem levado a uma atitude de inimizade e hostigamento à natureza que, hoje, frente ao fabuloso acúmulo de conhecimento tecnológico o ser humano chegou a estranha e paradoxal situação de ser capaz de pôr fim total a vida.

Da terra para amá-la...

Criado para a vida, com capacidade ilimitada para recriá-la desenvolvendo-a *ad infinitum*, o ser humano conseguiu transformar-se em agente da morte e da destruição. Ao ler a experiência israelita em forma fragmentária, sem levar em conta a sua dimensão histórica, a cultura ocidental tergiversou o sentido do projeto ontológico presente na Bíblia. Pela tradição bíblica o ser humano não foi criado para dominar egoisticamente a natureza. Pelo contrário, foi criado para transformá-la continuamente em favor de sua auto-superação numa perspectiva de "ser mais", de recriação permanente. Isto implicaria num reconhecimento de seus limites naturais e de uma reverência permanente à fonte primária de sua vivência e contínua sobrevivência: a terra. Mas não foi o que aconteceu. Têm razão aqueles que acusam os cristãos de terem separado tão radicalmente o homem da natureza que possibilitaram o desastre que assistimos hoje.

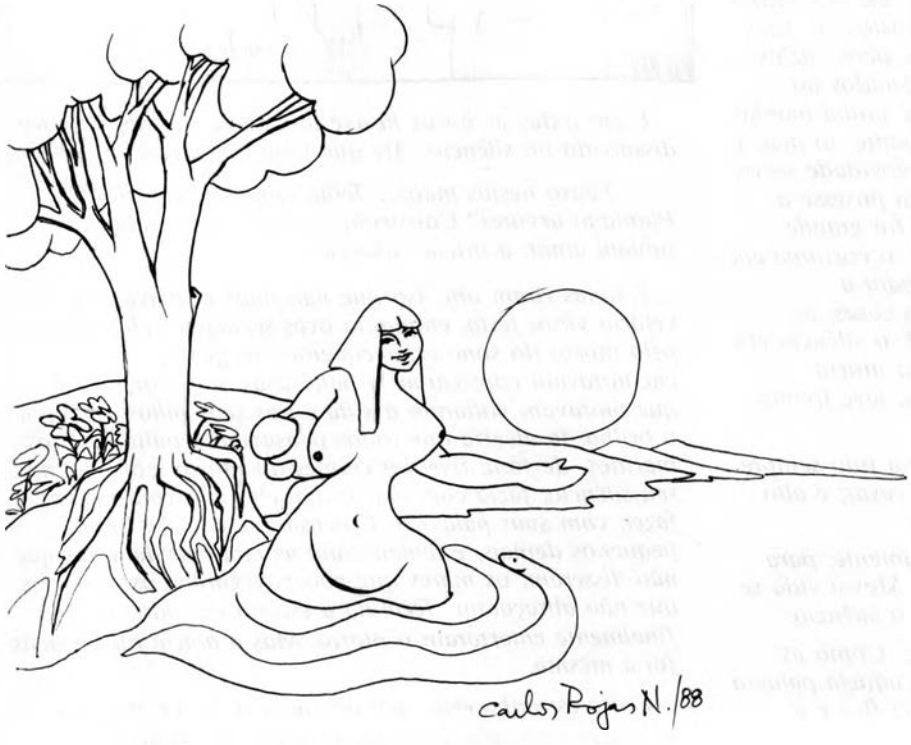
Como parte da criação, com capacidade para transcendê-la, nem por isso a tradição bíblica estende ao ser humano o direito à sua destruição e, portanto, à sua auto-destruição. O impulso destrutivo é caracterizado como pecado. Mas o pecado é incidental. Não é apresentado como algo inexorável. Expulso do paraíso de acordo ao relato hebreu, o homem e a mulher não foram destruídos. Foi-lhes dada nova oportunidade. A vida precisa triunfar sempre. A criatura não pode ultrapassar a genialidade de quem lhe trouxe à vida.

A reconciliação propiciada em Cristo ao restabelecer as condições para a comvivência humana, aponta para a harmonização das relações entre o ser humano e a natureza. O homem/mulher sendo primeiramente terra, na perspectiva da justiça e da paz do Reino de Cristo, pode relacionar-se com integridade ao conjunto da criação ao recobrar o sentido amoroso da partilha, do respeito e da comunhão plena com tudo e com todos, essência e motivo da existência e, assim, trabalhar a natureza com respeito e reverência dando graças à vida, como sentiu a poetisa:

"Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.

Eu sou a fonte original de toda a vida.
Sou o chão que se prende à tua casa.
Sou a telha da coberta de teu lar.
A mina constante de teu poço.
Sou a espiga generosa de teu gado.
e certeza tranqüila ao teu esforço
Sou a razão de tua vida.
De mim vieste pela mão do Criador,
e a mim tu voltarás ao fim da lida.
Só em mim acharás descanso e paz.

Eu sou a grande Mãe universal.
Tua filha, tua noiva e desposada.
A mulher e o ventre que fecundas.
Sou a gleba, a gestação, eu sou o amor
(...)
(Cora Coralina, O Cântico da Terra)



Zwinglio Mota Dias é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e secretário-geral do CEDI.

A aldeia que nunca

Rubem Alves

Há uma estória do Gabriel Garcia Márquez que insiste em ficar se recontando, dentro de mim, muito embora eu já a saiba de cor. Bem sei que a repetição, quando se trata de prosa, é sinal de esquecimento e de esclerose. Mas no mundo poético a coisa é bem outra. Os mitos exigem ser recontados, pois eles são temas que se confundem com o nosso próprio corpo, e se recusam a ser colocados no esquecimento. Coisa dita por Kundera, mas já sabida há muito por artistas e contadores de estórias: "A vida é composta como uma partitura musical. O ser humano, guiado pelo sentido da beleza, transpõe o fortuito para fazer disto um tema que, em seguida, fará parte da partitura de sua vida. Voltará ao tema, repetindo-o, modificando-o, desenvolvendo-o e transpondo-o, como faz um compositor com os temas de sua sonata..." E é assim que a estória fica se repetindo.

Aldeia de pescadores, perdida num sem fim de mundo, rodando com as voltas sempre iguais das rotinas do cotidiano, a banalidade dos mesmos rostos em suas máscaras de espumas, a mesma fala, sons ocos vazios, um sentimento de sem saída, todos condenados ao mesmo inevitável grotesco-banal... até que numa manhã igual um menino viu coisa diferente flutuante no mar, e gritou, e todos vieram à praia, qualquer novidade serve, e esperaram que o mar, no seu sem-pressa pusesse a coisa sobre a areia. E o desapontamento foi grande. Homem morto, afogado, desconhecido. E o costume era que as mulheres preparassem os mortos para a sepultura. Assim o levaram para uma das casas, as mulheres de dentro, os homens de fora. E o silêncio era grande. Que é que se pode falar sobre um morto desconhecido? Até que uma das mulheres, leve tremor no canto da boca, comentou:

— É, se ele tivesse vivido entre nós teria tido sempre de abaixar a cabeça ao entrar em nossas casas; é alto demais...

Com o que todas concordaram discretamente, para mergulhar de novo no silêncio da morte. Mas a vida se intrometeu de novo e uma outra rompeu o silêncio:

— Penso em como teria sido a sua voz. Como as ondas? Como a brisa? Teria sabido dizer aquela palavra que faz com que uma mulher apanhe uma flor e a ponha no cabelo?

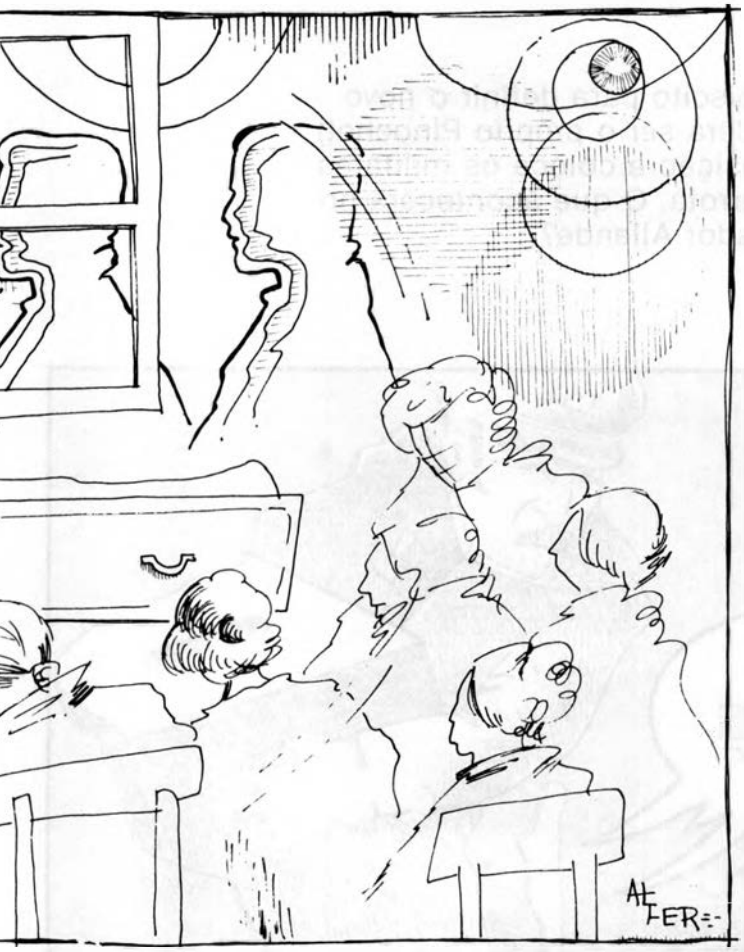
E em todas as bocas houve um suave sorriso, de novo dissolvido no silêncio. Até que uma outra teve de falar.

— Penso nestas mãos... Terão conduzido navios? Plantado árvores? Construído casas? Quem sabe elas sabiam amar, acariciar, abraçar...

E todas riram um riso que não mais acabava, e o velório virou festa, enquanto aves selvagens, chamadas pelo morto do sono-esquecimento em que se encontravam começaram a bater asas, e os corpos em que moravam voltaram à vida e nos seus olhos apareceu o brilho da alegria que todos pensavam sepultada. E os maridos, de fora, tiveram ciúmes do morto, pois ele, no seu silêncio, fazia com elas o que eles não conseguiam fazer, com suas palavras. E pensaram que eles eram pequenos demais, e lamentaram as palavras de amor que não disseram, os mares que não navegaram, as mulheres que não abraçaram. Termina a estória dizendo que eles finalmente enterraram o morto. Mas a aldeia nunca mais foi a mesma.

Coisa estranha esta, que do silêncio de um morto a vida seja invocada dos buracos onde se escondera. É

mais foi a mesma



que ela, a morte, tem o poder mágico de interromper a cadeia sem fim das banalidades cotidianas — ela faz parar o mundo, como diria o bruxo D. Juan, da estória de Castañeda. E quando isto a que damos o nome de "realidade" é interrompido, abre-se um espaço novo para aquilo que não existe: os desejos esquecidos, as esperanças abandonadas, as utopias que um dia iluminaram horizontes, os sonhos que nos fizeram sorrir. E me lembro de Valéry: "Que seria de nós sem o auxílio das coisas que não existem?" E foi isto que aconteceu na aldeia de pescadores: os corpos flácidos foram "possuídos" pelas memórias de um amor esquecido — isto a que damos o nome de sonhos.

Que nós sejamos sonhos encarnados, isto era já coisa sabida por sabedoria muito antiga, que anunciava o espanto de que "o Poema se faça Carne". Mas os poetas também o sabem. Tanto assim que o Drummond se refere à escrita que mora no interior do seu corpo, e que nem ele mesmo consegue decifrar, muito embora ela more em cada um dos seus gestos. O que a psicanálise fez foi só dizer em prosa e teoria aquilo que outros já sabiam sem palavras como vida. E foi por isto que, por oposição aos médicos, ela abandonou o apalpar dos corpos para se dedicar à escuta dos sonhos que neles crescem. O caminho para a carne pelo onírico. Ou, nas palavras mais poéticas da Adélia Prado, "erótica é a alma..." É do sonho que nasce a dança e nasce a luta. Melhor guerreiro é o que sonha mais...

Mas se pensava que isto era verdade apenas para indivíduos solitários, e se dizia que os povos eram feitos de substância outra, mais forte, minérios e terras, armas e máquinas, músculos e ouro. E não se percebia que também os povos são construídos com os sonhos. Coisa que li pela primeira vez em Santo Agostinho, que dizia que era isto que fazia os povos, aquilo que se amava. Aqueles que partilham sonhos se dão as mãos e caminham juntos. E este é, precisamente, o início da política, que poderia até ser definida como a arte de administrar os sonhos de um povo. E não será este, por acaso, o único sentido possível para uma Constituição? O grande sonho, o horizonte utópico, o ausente para o qual se caminha, poema que se lê e se repete, como tema de um cânon, que vai e volta, sem fim, e que se lê pela beleza das esperanças que evoca?

Esta estória, eu a re-contei pela primeira vez quando pensei que o Brasil, aldeia morta, estava sendo ressuscitado pelo poder de mortos em cujo silêncio os nossos sonhos cresciam.

Mas o fato é que hoje ninguém está sonhando.

Não há ninguém que faça o povo sonhar.

Tudo ficou triste, e parece terminar como na "Banda":

"Mas para meu desencanto o que era doce acabou, tudo tomou seu lugar depois que a banda passou. E cada qual no seu canto e em cada canto uma dor, depois da banda passar tocando coisas de amor."

Já não temos mortos mágicos que façam lugar, com o seu silêncio, para os sonhos de amor. Restam-nos os vivos mortos que se esqueceram da fala de amor e só sabem falar de poder. Por isto nem os sonhos do povo podem ser ouvidos. E nem o povo se atreve a sonhar. Já não é mais povo. E a estória, então, teria de ter um outro fim:

"E eles enterraram o morto e a aldeia voltou a ser como sempre tinha sido."

CHILE

Democracia: sim ou não?

A convocação de um plebiscito para definir o novo presidente chileno (que poderá ser o próprio Pinochet) traz um novo desafio à oposição e coloca os militares na rota de uma possível derrota. O que acontecerá no país de Salvador Allende?

Enrique Correa

O plebiscito convocado pela ditadura militar chilena para referendar (ou não) o candidato das Forças Armadas à chefia do Estado representa uma situação inédita para o conjunto das forças políticas que, na situação ou na oposição, atuam no país.

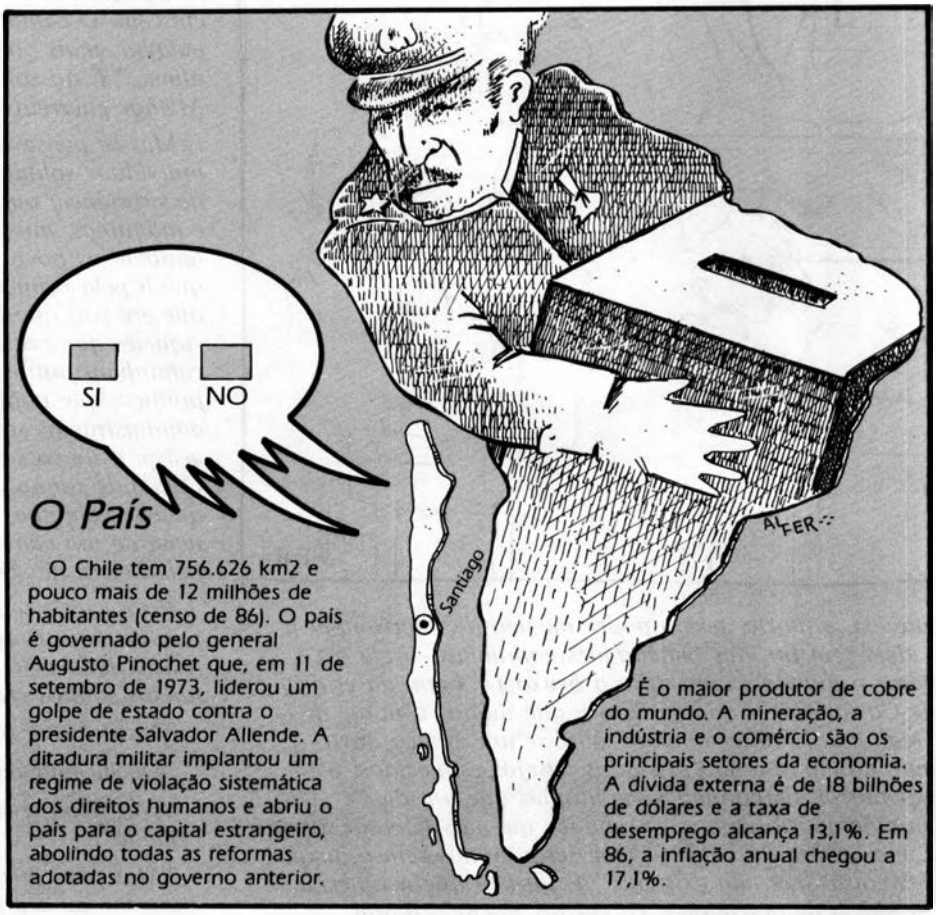
As Forças Armadas, pela primeira vez na história, terão que se submeter a um processo eleitoral com a pretensão de consagrar o candidato oficial e único do pleito. Isto significa que os militares devem se comportar como um partido político em campanha. Trata-se de uma organização política que tem o monopólio das armas, mas carece de experiência no terreno da luta política, onde enfrentará adversários calejados em formação, hábitos e militância.

Para a oposição as coisas não são mais fáceis. Desde o golpe de Estado, em setembro de 1973, esta é a primeira vez que setores da oposição ingressam no jogo institucional do regime, o que representa um giro estratégico de grandes proporções. Até 1986, a oposição pensou que era possível derrubar a ditadura militar com a força das massas mobilizadas em periódicos "protestos nacionais". Essas mobilizações foram efetivamente amplas e significativas, com algumas delas gerando impactos políticos importantes, como a substituição dos ministros do Interior, em 1983, e da Fazenda, em 1984.

O clima criado pelas mobilizações populares reativou politicamente o país, levando, realmente, a um novo quadro do qual surgiu uma oposição pública ao regime. Entretanto, os protestos e as greves não foram suficientemente fortes para derrubar a ditadura. Faltou uma maior unidade oposicionista em torno de uma proposta que apontasse uma saída para a crise política, como aconteceu no Brasil na campanha das "diretas já".

Diante da convocação do plebiscito, uma parcela significativa da oposição — com exceção do Partido Comunista, do Movimento de Esquerda Revolucionária e de alguns grupos socialistas — optou pela inscrição nos registros eleitorais, credenciou partidos políticos para garantir a lisura do processo e, sem ambigüidade, chamou o povo a votar *não* ao candidato oficial.

Segundo alguns analistas, a oposição que se nega a trilhar o caminho do plebiscito poderá ainda mudar de idéia diante do aparente isolamento político no qual se encontra atualmente. O isolamento, dizem eles, seria conseqüência da estratégia insurrecional adotada com maior intensidade a partir de 1983.



O Chile tem 756.626 km2 e pouco mais de 12 milhões de habitantes (censo de 86). O país é governado pelo general Augusto Pinochet que, em 11 de setembro de 1973, liderou um golpe de estado contra o presidente Salvador Allende. A ditadura militar implantou um regime de violação sistemática dos direitos humanos e abriu o país para o capital estrangeiro, abolindo todas as reformas adotadas no governo anterior.

É o maior produtor de cobre do mundo. A mineração, a indústria e o comércio são os principais setores da economia. A dívida externa é de 18 bilhões de dólares e a taxa de desemprego alcança 13,1%. Em 86, a inflação anual chegou a 17,1%.

Armadilha para quem?

Em Santiago, segundo as pesquisas, 10% dos possíveis eleitores ainda manifestam a intenção de não votar no plebiscito. A principal razão alegada é que o plebiscito é uma armadilha do regime contra a oposição e que, independente do resultado, Pinochet — ou seu candidato — será proclamado vencedor.

Uma análise mais fria indica que as coisas não são necessariamente assim. As próprias características das leis políticas que regulam o processo eleitoral tornam difícil a execução de uma fraude significativa. A oposição tem acesso à lista dos eleitores (já transcrita para os computadores) e através de três partidos políticos tem a chance de designar fiscais em cada mesa de votação e apuração. Isto quer dizer que, na noite do plebiscito, o país conhecerá seu resultado. Um do regime e outro da oposição. Serão os mesmos dados que deverão dar seriedade aos dois resultados. É possível supor que os números de ambas as partes serão aproximados da realidade, diminuindo a possibilidade de fraude.

Dessa forma, o governo tem mais problemas que a oposição. As pesquisas demonstram prognósticos de 30% de eleitores favoráveis ao governo e mais de 40% de intenção de voto pelo *não*. Mantida esta tendência, o candidato oficial está arriscado a perder, com todas as conseqüências políticas que isto trará. A oposição parece ir ao plebiscito segura da vitória, exceto se Pinochet virar a mesa antes.

Incertezas

Que golpes poderiam acontecer? Um seria a substituição de Pinochet por um candidato civil próximo ao regime. As pesquisas indicam que um candidato do governo que não seja Pinochet será derrotado por uma margem de votos ainda maior. A única vantagem dessa fórmula é a garantia de mais um ano de governo enquanto se preparam as eleições livres, nas quais o regime apostaria na divisão da oposição entre vários candidatos.

Outra possibilidade é um golpe propagandístico que leve os indecisos a votar no candidato oficial (aproximadamente 17% dos eleitores). O tema favorito da campanha será, inevitavelmente, o deposto governo de Salvador Allende, identificando-o como regime do caos, da violência e do comunismo. Esse tipo de mensagem destina-se a dividir a esquerda e a Democracia Cristã que têm, naturalmente, diferentes pontos de vista sobre a questão.

Em todo caso, existe um clima de incertezas militares e de temor a uma derrota. Como militares, os governantes chilenos gostam de ameaças, mas nesse momento não parecem dispostos a empreender uma aventura golpista que careceria de apoio civil, como em 1973. O regime pode estar num beco com poucas saídas. As armadilhas que preparou à oposição voltaram-se contra ele mesmo. Não se pode esquecer, porém, que os militares não jogaram todas as suas cartas.

Confronto decisivo

Se ganha o *não*, se colocarão no país grandes incógnitas. O regime pretende obter da oposição o compromisso de cumprimento do itinerário da constituição de 1980, ainda que ganhe o plebiscito. Isto significa aceitar mais um ano de governo para Pinochet e que um eventual novo presidente ficará prisioneiro de um Conselho de Segurança Nacional, encarregado de vigiar seus atos e de todas as autoridades de Estado.

A oposição, por seu lado, estima que uma vitória do *não* constitui um "mandato para a mudança" do governo e da constituição. E aposta, ainda, que surgirão nas Forças Armadas setores dispostos a negociar uma efetiva transição democrática, evitando confrontações mais graves e de conseqüências imprevisíveis.

A sorte está lançada e cada grupo se prepara para um confronto mais decisivo que poderá determinar a fisionomia política do país na próxima década.

Enrique Correa é cientista político e membro do Centro Ecumênico Diego de Medellín, de Santiago do Chile .

CHILE URGENTE

Os chilenos Jorge Palma Donoso, Carlos Araneda e Hugo Marchant Moya, presos desde 1983, estão condenados à morte pela Justiça Militar de seu país. A execução está prevista para as próximas semanas. Diante desta situação, teve início uma campanha internacional para pressionar o governo do general Pinochet a suspender a aplicação da pena e permitir que os três chilenos deixem o país. Os cidadãos brasileiros podem se manifestar enviando telegramas para:

Presidente da República do Chile
Augusto Pinochet
Palácio La Moneda—Santiago — Chile

A nível interno, os telegramas devem ser enviados ao presidente José Sarney e ao ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, solicitando que o governo brasileiro conceda asilo político aos sentenciados.

PUBLICAÇÕES DO CEDI

IMAGENS DA LUTA — 1905/1985
271 páginas, Cz$ 2.900,00

Retrata a história do movimento sindical e operário no Grande ABC paulista, especialmente em São Bernardo, através de fotos e textos explicativos. É uma obra para ser lida, vista e guardada como um dos principais documentos de nossa história.

TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL/82-84
199 páginas, Cz$ 680,00

Levantamento dos principais fatos que marcaram a vida dos trabalhadores urbanos no Brasil, no período de 1982 a 1984. Traz também análises das conjunturas política, econômica e sindical.

Outras publicações:
- *História dos Metalúrgicos de São Caetano*
- *CUT nas campanhas salariais de 1985*

Faça seu pedido através de cheque nominal ao Cedi ou através de vale postal para a Agência de Correio Angélica — SP.

ECOLOGIA
Cuidar da própria casa

Lori Altmann

"Kulina vai caçar.
Volta. O sol nasce.
O sol se põe.
Kulina vai ficando velho,
mas a terra não."
Rimaná — Kulina.

O texto bíblico comumente usado para a reflexão sobre ecologia é Gênesis. A criação. Vou fugir um pouco da praxe. Parto do sentido etimológico da palavra. Através dele olho para a Bíblia.

Ecologia chegou até a nossa língua do grego. É entendida como "o estudo das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua adaptação a ele". Eco vem de *oikos* e seu leque de significados vai desde casa, lar, domicílio, habitação. Passa por família, descendentes, parentela, habitat, até chegar em povo, nação.

A palavra casa aparece uma infinidade de vezes na Bíblia. O leque de seu significado é tão amplo quanto o acima mencionado. Vamos perseguir um pouco esta palavra e tentar entendê-la.

Casa, na Bíblia, não é só o lugar, mas é também o modo de vida, o sistema. É como as comunidades humanas se organizavam economicamente na época e como ocupavam um determinado espaço físico.

Casa, então, não era só o ambiente doméstico, mas o lugar social. O local e o modo como o povo fazia a sua história, ocupando um espaço e vivendo em sociedade. Não era um conceito estático, mas dinâmico.

A lógica da casa

Do ponto de vista doméstico existe uma relação de afetividade muito forte em relação à casa. Do ponto de vista mais amplo também. Na casa estão as pessoas a quem amamos. É onde organizamos livremente nossa vida, nossos sonhos. É onde podemos ser nós mesmos.

Casa como clã e como nação nos desperta sentimentos de auto-identificação. A consciência da diferença. Aquilo que nos é próprio em relação aos outros.

Casa na Bíblia (ainda)

Encontra-se na Bíblia a palavra casa como moradia, clã, parentela e também como povo, nação. No Antigo Testamento o templo aparece como casa de Deus. Mas a lógica do templo não é mais a lógica de Deus e de seu povo. É a lógica dominante, isto é, da monarquia. Por isso o templo é contestado como Sua casa. Javé não aceita ficar preso num templo, como denunciam os profetas. Quer ficar em relação com a sua criação, com o seu povo. Em meio a vida. "Assim diz o Senhor: o céu é o meu trono, a terra o estrado dos meus pés; que casa me edificareis vós? E qual é o lugar do meu repouso? Porque a minha mão fez todas estas cousas, e todas vieram a existir, diz o Senhor, mas o homem para quem olharei é este: o aflito e abatido de espírito, e que treme da minha palavra" (Is 66,1-2).

Jesus veio derrubar a lógica do templo. Ele afirma que o templo de Deus são os homens. Entre eles destaca os pobres, os oprimidos, as prostitutas... Sua lógica é a lógica dos despossuídos. Ela "não tinha onde reclinar sua cabeça".

Viver em casa alheia ou invadir a casa do outro

Estar dominado, oprimido, no Antigo Testamento, muitas vezes é identificado com "estar em casa alheia", "no exílio" (Ex 13,3), "na casa da servidão" (Dt 6,12 e 8,14; Ex 13,14). Por outro lado, a condição para a automomia era "estar em sua própria casa". Organizá-la conforme critérios e padrões próprios e não conforme critérios impostos e determinados por outros.

A promessa se cumpre com o acesso a uma "boa terra", onde se possa estabelecer a própria casa, no sentido mais amplo do termo.

A dominação presente na Bíblia se concretiza quando se invade a casa do outro. A sua forma de vida, a sua organização. Quando se saqueia e se impõe novas regras a partir da "casa" do dominador.

O drama da nossa realidade ecológica

O sistema colonialista europeu agiu exatamente assim em relação aos povos indígenas da América. Invadiu a sua casa, saqueando, matando, escravizando e quebrando toda a ordem ecológica existente. Quebrou o equilíbrio nas relações sociais e nas relações com a natureza. Acabou com uma forma própria de distribuição e reciprocidade. Acabou com um tipo de relação com a natureza, que permitia a auto-regeneração e a renovação. Onde o critério era a manutenção da vida humana e da natureza. Ambos interligados. Pois se explorava a natureza para o uso, para a subsistência, para o necessário, e não para a acumulação. Por que pegar mais do que o necessário, se estavam em sua casa e tudo era de todos?

A visão do dominador, no entanto, é etnocêntrica e fragmentária. Indiscriminada e irresponsável. O seu ponto de partida e de chegada é a sua própria casa. Por isso ele retira da casa do outro, o quanto, e enquanto pode, e passa para a sua casa. Mal vê ele que a destruição do outro, mais cedo ou mais tarde, será sua própria destruição. A natureza, o espaço/tempo ecológico é um todo. Não se atinge uma parte, sem atingir o todo. Sem romper a ordem da criação.

O que já ocorreu em outras partes do Brasil se repete hoje no norte. A ocupação da Amazônia nesta década está provocando um verdadeiro desastre ecológico. Não só porque as árvores estão sendo destruídas. Os rios e lagos destruídos por mercúrio. O regime de chuvas alterado. Mas, principalmente, porque está se destruindo a vida. Povos únicos, com seu próprio equilíbrio, suas culturas diferentes estão sendo exterminados. Pasmem com o recente massacre de um grupo Tükuna no Amazonas!

Esse avanço sobre a Amazônia rompe uma relação amorosa milenar com a terra que garantia uma constância refletida nas palavras poéticas de Rimaná no início deste artigo. Rompe a concepção da terra como espaço sagrado (e não é semelhante a visão bíblica?), da sua história, de sua religião, de sua vida. Rompe enfim a sua "casa".

A criação e o seu resgate

A primeira criação relatada em Gênesis, da qual o próprio Deus se alegrou, foi traída. O homem transgrediu os limites do "domínio" a ele conferidos (Gn 1,28), ao exercer domínio sobre outros homens e ao ameaçar a sobrevivência dos homens, com a sua forma de sujeitar o mundo. Esta transgressão perturbou a ordem inicial.

Agora para colocar ordem na casa é preciso garantir que cada povo fique *com* e *na* sua própria casa, acabando com toda forma de colonialismo. É preciso combater os maus governantes que servem aos interesses de outra casa." Ai dos que decretam leis injustas, dos que escrevem leis de opressão, para negarem justiça aos pobres, para arrebatarem o direito aos aflitos do meu povo, a fim de despojarem as viúvas e roubarem os órfãos!" (Is 10,1-2). E, finalmente, acabar com uma casa dividida. Buscar uma ordem de relações justas e equilibradas. Ou seja, fazer justiça às "viúvas" (Mt 23,14).

Acreditamos que na "Nova Criação", no "Reino de Deus", habitará a justiça. Se formará uma comunidade perfeita e justa. Uma nova ecologia numa "Nova Terra" (2Pe 3,13).

Nesta esperança termino com dois artistas acreanos. Um pintor, Babi, artista da imagem. Outro jornalista, Toinho, artista da palavra.

"Na Amazônia Ocidental de hoje
seus descendentes
(do 1º homem) vivem
o mais triste momento da existência.

A era da destruição do verde
da instalação do Caos
na anatomia da natureza.

Destroem a fauna
e a flora
e se matam."
(Babi França)

"Acordar nem sempre é estar de acordo. Às vezes, nestes invernos amazônicos, amassando o barro com meus pés pelas estradas enlameadas, acho que Deus está querendo fazer um novo Adão. E quando sinto no quadro e no texto de Babi Franca aquele sopro antigo que moveu o primeiro homem, chego a perceber uma Grande Ordem por trás da serpente do aparente Caos. Fico quase acordado." (Antonio Alves)

Lori Altmann é pastora da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Conviveu durante sete anos entre a nação indígena Kulina, no Alto Purus, Acre. Atualmente estuda Antropologia na PUC-SP.

Ary Costa Pinto/CEDI

Prêmio para Frei Betto

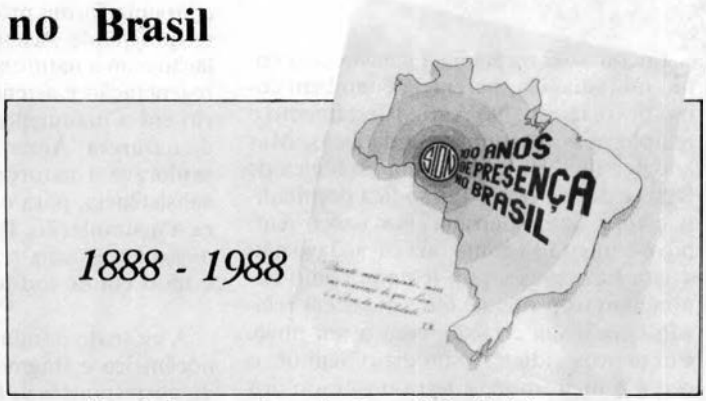
O teólogo dominicano Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, é o ganhador da quinta edição do prêmio de direitos humanos promovido pela Fundação Dr. Bruno Kreisky, da Áustria. No dia 8 de julho, Frei Betto estará em Viena para receber um cheque no valor de 1 milhão de cruzados. O dinheiro já tem endereço certo: as entidades de defesa dos direitos humanos. Em 1983, outro brasileiro, o deputado Luis Inácio Lula da Silva (PT-SP), também recebeu o prêmio da fundação austríaca.

Sion: 100 anos de presença no Brasil

A Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion celebra neste ano seu centenário de presença no Brasil. A Congregação nasceu na França, em 1842, fundada pelos irmãos de origem judaica Teodoro e Afonso Ratisbone.

No Brasil, as irmãs de Sion estão desde 1888, quando as primeiras missionárias iniciaram uma obra educacional que deu origem a um conjunto de colégios. Na década de 60, interpelada pela realidade histórica do Brasil e os apelos da Igreja, a Congregação percebeu a necessidade de novos trabalhos e inserções. Assim, grupos de irmãs se deslocaram para o Nordeste, para as periferias das grandes cidades e zonas rurais, iniciando experiências de pequenas comunidades com ênfase na promoção da dignidade humana.

As irmãs de Sion possuem a vocação especial de "manter viva na Igreja a consciência de que o cristianismo está ligado ao judaísmo, desde as origens até a plenitude final". Sua missão está voltada principalmente



para o fortalecimento das relações cristão-judaicas e o ecumenismo, dos trabalhos catequéticos e pastorais, e da educação.

A Congregação de Sion está presente nos estados de Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina, formando um conjunto de 22 comunidades, incluindo a casa de Buenos Aires, que integra a província Brasil-Argentina.

Leia e assine a revista Tempo e Presença

Tempo e Presença é um periódico mensal que acompanha a realidade brasileira e latino-americana na perspectiva da pastoral popular e dos movimentos populares.

Publicada pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), a revista tem sido um instrumento de reflexão para o ecumenismo comprometido com a construção de uma nova sociedade.

Ficha de Assinante-Revista TEMPO E PRESENÇA
Assinatura anual: □ Cz$ 700,00 Assinatura de apoio: □ Cz$1000,00
América Latina: US$ 60 América do Norte: US$ 80 Europa, África e Ásia: US$ 90

Nome:
Endereço:
Cidade: CEP: Estado:
Telefone: Profissão: Data de Nasc.

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, Av. Higienópolis, 938 — 01238 — São Paulo — SP, ou envie vale postal para Ag. Correio 403911 — Sta. Cecília — SP.

Desafio às Igrejas

A Questão da Dívida Externa

Seminário: Igrejas e Dívida Externa

CONIC — Conselho Nacional de Igrejas Cristãs

CESE — Coordenadoria Ecumênica de Serviço

São Paulo, 28 a 30 de março de 1988

Encarte de *Tempo e Presença*
nº 230, maio de 1988.

MENSAGEM ÀS IGREJAS

Às Igrejas Cristãs encaminhamos esta carta, resultado da convivência de representantes das diversas Igrejas durante a Semana Santa. Nosso encontro deu-se no seminário "Igrejas e Dívida Externa", organizado sob os auspícios do Conselho Nacional da Igrejas Cristãs (Conic) e Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), em São Paulo (28 a 30 de março de 1988).

Em comunhão e oração buscamos conjuntamente entender o volume da dívida externa brasileira, sua incidência na estrutura econômica do País e seus resultados na vida de todos nós.

O volume parece ser conhecido de todos; na verdade, fazer crer que devemos e temos que pagar, é um *mito* que só interessa aos credores. Estudos sérios feitos a partir de dados oficiais do Banco Central revelam, no entanto, que a dívida já foi paga várias vezes. Em 1973 devíamos 9,5 bilhões de dólares. Desse ano até 1985 pagamos 121 bilhões de juros e amortização e, no entanto, acreditem, hoje devemos mais de dez vezes do que em 1973, isto é, 120 bilhões de dólares. Só isto é suficiente para nos fazer crer que algo muito errado envolve essa suposta dívida; apesar disto, continuamos pagando como, se de fato, devêssemos. É necessário que nossa voz se faça ouvir por toda parte, esclarecendo e alertando a todos para a injustiça que ocorre.

Outras questões de crucial importância foram também estudadas nesta pré-consulta, tais como o fato de que parte desses recursos nunca entraram no País (18 a 20%); que muito do que entrou forma empréstimos particulares de multinacionais (às suas "filiais" no Brasil) incorporados à dívida oficial, apesar de constituírem investimento das multinacionais e cujos lucros são remetidos às matrizes sem qualquer imposto.

Nossa atenção deteve-se, no entanto, no fato de que a dívida externa é hoje um dos mais poderosos instrumentos políticos de opressão, uma vez que, em função de nossa dependência determinam-se as decisões de nossos governantes; joga-se pesado na própria Constituinte; submetemo-nos à política dos grandes organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e o Clube de Paris; voltamo-nos inteiramente para uma política de exportação à custa do empobrecimento do nosso povo; enfim temos uma *política recessiva* (com todas as suas conseqüências sociais), uma *política inflacionária* descontrolada que nos confunde e deixa perplexos quanto ao futuro. Nossa dependência, a exigência de pagamentos do serviço da dívida, a submissão às normas dos órgãos internacionais mencionados, impedem nossos projetos de longo alcance e, enfim, tolhem totalmente a possibilidade de criar uma nova sociedade mais solidária e fraterna. Esta política, infelizmente, tem a conivência de muitos brasileiros que, aliados ao capital internacional, têm usufruído vantagens em todo o processo.

Confessamos que, como Igrejas, temos permanecido quase sempre à margem da discussão deste assunto e de suas implicações na vida do povo. Esta confissão impõe-nos mudança de atitude, conversão ao Senhor da vida e, conseqüentemente, repúdio a todos os instrumentos que produzem e legitimam a morte, especialmente os referentes à dívida externa.

Importa, pois, irmãos e irmãs, que todas as organizações sociais, e particularmente as Igrejas, que pautam sua vida e missão pelo amor a Deus e ao próximo, e pela busca de santidade em toda a maneira de viver, se comprometam a *esclarecer a verdade* para não sermos coniventes com uma trama pecaminosa que causa mais vítimas que a pior das guerras, e violenta as soberanias nacionais de forma destruidora.

Reunidos durante estes dias, sentimos com muita clareza tudo isto e, por esta razão, queremos compartilhar com as queridas irmãs e irmãos, convidando-os a fazer uma caminhada, juntos, de aprofundamento e compreensão de que o Deus da justiça reprova o modo como os países ricos e as agências financeiras, aliadas aos grupos dominantes, sufocam os pobres que são a maioria da nossa população, mantendo-os numa situação de miséria e sofrimento.

Não se trata apenas de uma questão econômica ou política, é uma questão de vida ou morte e portanto uma questão de fé no Deus da vida, um Deus que, por amor à vida, ofereceu seu próprio Filho. Convidamos a todos a se inteirarem deste assunto desde o ponto de vista do direito que todos têm à vida em abundância, trazido por nosso Senhor Jesus Cristo.

Todos os dados nos mostram que a dívida externa do Brasil e de outros países é hoje um dos mais eficazes instrumentos da diminuição da vida e implantação da morte, instrumento de pecado coletivo, e usurpação do domínio de Deus. É um dos ídolos que a moderna fé no poder da economia e da dominação coloca no altar dos templos onde se cultua o dinheiro e se produz a morte. Nós não podemos dobrar-nos diante desse ídolo e de seus instrumentos, pelo contrário, temos que assumir nossa vocação de denunciar toda idolatria com seus poderes sedutores e sua deformação da verdade e do bem. O poder do dinheiro por parte dos bancos, multinacionais, gover-

nos, pessoas e classes privilegiadas deforma o valor relativo dos bens materiais em valores absolutos, perante os quais se sacrificam nossa liberdade, amor e dignidade. Precisamos libertar-nos desses poderes que impedem a realização do Reino de Deus entre nós, anunciando que só Jesus Cristo é o Senhor diante do qual todos os poderes, inclusive os econômicos, políticos e militares, deverão dobrar-se para que sua vontade seja feita na terra como nos céus, e, assim, todos tenham o pão de cada dia e o perdão de todas as dívidas.

Não cabe que peçamos perdão das dívidas já pagas; cabe-nos que os povos opressores e seus aliados reconheçam suas dívidas e ofensas, se arrependam e se humilhem perante Deus a fim de que possam ser perdoados e ainda possam viver. Do contrário serão destruídos por seus próprios pecados. A nós compete perdoar àqueles que nos devem e nos têm ofendido.

Por tudo isto é que estivemos juntos e repartimos nossas angústias e esperanças. Se aprouver a Deus, voltaremos a reunir-nos para, juntos, fortalecermos nosso propósito de apoiar os pobres em sua luta pelo pão, dignidade e liberdade, como parte da missão de Jesus Cristo.

Que neste momento tão conturbado de nossa Pátria, somemos forças para assegurar aquela reserva de compromisso com a justiça, a paz e o amor a que concretiza o próprio Evangelho.

Paz e Justiça sobre a Nação!

São Paulo, Páscoa de 1988.

A REALIZAÇÃO DO SEMINÁRIO "IGREJAS E DÍVIDA EXTERNA"

Todos os setores da sociedade brasileira estão se defrontando com uma questão que atinge profundamente o nosso povo, principalmente a classe trabalhadora — a problemática da dívida externa. Ela está presente na aguda crise que atravessamos e abarca diversos aspectos: o econômico, o político e o moral. Os seus efeitos são gravíssimos e o seu custo social se manifesta em termos de pobreza, de exploração e de morte.

As Igrejas do Brasil não poderiam estar indiferentes ou ausentes frente a esse drama nacional. Fiéis ao seu fundamental compromisso com o Evangelho de Jesus Cristo, não lhes é permitido compactuar com essa situação de injustiça e sofrimento, sem levantar sua voz profética e denunciar as causas e os mecanismos que levaram nosso País a tão humilhante situação.

Compreenderam, também, que problema de tal magnitude não pode ser tratado, isoladamente, pelas diversas confissões cristãs. Exige ação coordenada, fortalecida pelo esforço conjunto e capaz de sensibilizar as congregações locais. Outros segmentos de nossa sociedade, como os sindicatos dos trabalhadores, partidos políticos e diversos organismos da sociedade civil, também se estão mobilizando para que a questão da dívida externa deixe de ser assunto apenas para especialistas e autoridades do governo. Todos os cidadãos brasileiros devem ter conhecimento do que significa tal problema, e o direito de participar nas decisões que venham a ser tomadas a seu respeito.

Dentro dessa perspectiva, o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), convidaram diversas Igrejas para, em um seminário informal, debater a questão da dívida externa e traçar planos de ação conjunta para se posicionarem sobre o assunto. O seminário realizou-se em São Paulo (28 a 30 de março de 1988).

Igrejas participantes

Atendeu, com entusiasmo, a essa convocatória, um número expressivo de representantes oficiais das Igrejas, o que veio demonstrar o interesse e a preocupação de amplos setores eclesiásticos com problema que tão profundamente afeta nosso povo. Certamente que se houvesse mais tempo na convocatória e se outras Igrejas tivessem tomado conhecimento, com mais exatidão, do alto significado do seminário, teriam participado dele. Estiveram presentes, no evento, representantes das seguintes Igrejas: Igreja Católica (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", Igreja Presbiteriana Unida, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil, além de diversas instituições de apoio e serviços às Igrejas, como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), o Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), o Instituto de Estudos da Religião (Iser), o Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep), a Agência Ecumênica de Notícias (Agen). Participaram, também, assessores na área de economia e teologia e a direção das entidades promotoras.

Objetivos do Seminário

Tratando-se de uma etapa de um extenso processo já iniciado anteriormente pelas Igrejas, nesse momento, buscava-se:

a) Tomar conhecimento do grau de informação e da sensibilidade das nossas Igrejas, principalmente do povo das nossas comunidades locais, quanto ao significado e efeitos da dívida externa;

b) Aprofundar o debate sobre a questão, na perspectiva econômico-política, colocando-a num contexto mais amplo da ordem econômica internacional;

c) Dar ênfase à análise do custo social da dívida para o povo brasileiro, especialmente para os setores mais empobrecidos do nosso País;

c) Incentivar o aprofundamento da reflexão bíblico-teológica no trato dessa questão, de forma que ela possa também ser enfocada à luz do Evangelho e da responsabilidade das Igrejas e dos cristãos;

d) Preparar um plano de ação conjunta para ampliar esse debate, principalmente no seio das nossas igrejas locais.

A dinâmica do seminário

Para alcançar tais objetivos procurou-se criar um ambiente de ampla fraternidade; com muita franqueza e honestidade de opiniões; envolvidos todos por inspiradoras celebrações espirituais, com leituras bíblicas, cânticos e orações.

Inicialmente, os participantes, em grupos de trabalho e estudo, prepararam um diagnóstico, ainda que não rigoroso, do que se sabe nas Igrejas sobre a questão, o que gostariam de compreender e o que deveria ser aprofundado.

Efetuou-se, depois, um estudo, muito bem elaborado, sobre as causas da dívida externa, mecanismos de manutenção, montante assustador, custo social e a inserção da problemática no contexto da economia internacional.

Preocupação prioritária do seminário foi a reflexão sobre a posição das Igrejas frente à questão. Reportou-se a pronunciamentos já efetuados pelo Conselho Mundial de Igrejas, Vaticano, diversas Conferências Episcopais, Concílios de Igrejas nacionais e internacionais, e organizações ecumênicas. O mais importante, entretanto, era situar tal problema face aos ensinos da Bíblia e à luz da fé cristã. Aqui estaria a chave que levaria os membros das nossas Igrejas a se envolverem fortemente no combate às estruturas de injustiça em que vivemos, as quais geraram conjuntura tão dramática.

Convencidos da urgência e do imperativo das Igrejas assumirem posição decisiva nesse processo de desvelamento dessas estruturas de pecado, delinearam-se algumas propostas de continuidade do seminário.

PROPOSTAS DE CONTINUIDADE

1) Divulgar a realização do seminário e enviar às Igrejas mensagem pastoral sobre a questão;

2) Preparar subsídios e debate sobre o assunto nas suas diversas perspectivas e níveis (cadernos, "posters", vídeos etc.);

3) Incentivar as Igrejas, seminários teológicos, institutos bíblicos, organismos ecumênicos, a aprofundarem e divulgarem reflexão bíblica e teológica sobre a questão da dívida externa;

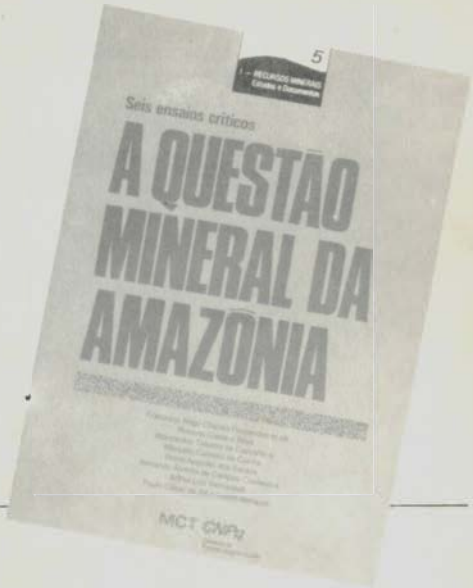
4) Estimular as Igrejas a colocarem o tema da dívida externa nos seus concílios e nas reuniões de suas paróquias, nos seus programas de educação cristã, nas pastorais de grupos especiais, e, se possível, realizarem seminários relativos a essa temática, em diferentes níveis. Recomendação especial foi feita ao Conselho Latino-Americano de Igrejas para que inclua a questão da dívida externa no temário da sua 2ª Assembléia Continental (Itaici, 28/10 a 02/11/88);

5) Incentivar as Igrejas a participarem em seminários e reuniões de outras entidades que debatam o tema, como forma de ampliar o conhecimento e conjugar esforços, principalmente as que antecedem a reunião de setembro em Berlim, do FMI e do Banco Mundial;

6) O seminário propõe, além das outras medidas, que o Conic e a Cese promovam um grande encontro das Igrejas, com a participação de sindicalistas, líderes comunitários, políticos e representantes de entidades da sociedade civil, assim como dos organismos ecumênicos que estejam tratando desse assunto. Considera importante a presença e a participação de representantes de Igrejas e organismos ecumênicos internacionais. Sugere o primeiro trimestre de 89 como o período mais oportuno para a realização desse histórico evento;

7) Que a questão da dívida externa seja enfocada numa perspectiva ampla da ordem econômica internacional, e na garantia do respeito aos direitos humanos.

A ocupação perigosa



A QUESTÃO MINERAL DA AMAZÔNIA — Seis ensaios críticos
Francisco Rego Chaves Fernandes (org.), CNPq/MCT, Brasília, 1987, 216 pp, 15x21 cm.

Gerôncio Albuquerque Rocha

O estado atual da ocupação da Amazônia pelas atividades de mineração é o tema central deste livro recém-lançado pelo CNPq no momento em que a Assembléia Nacional Constituinte está discutindo e decidindo sobre a "ordem econômica" para o país. Trata-se de uma coletânea de seis escritos, que constituem um painel da desordem provocada pela expansão capitalista na região.

O primeiro trabalho — do economista Francisco Fernandes e equipe — é um amplo levantamento do quadro de interesses econômicos no sub-solo da região, com base em dados oficiais. São 23.973 áreas bloqueadas sob as formas de pedidos de pesquisa mineral, alvarás e concessões de lavra, cuja discriminação é feita por meio de tabelas de distribuição segundo os estados e de classificação de acordo com a origem do capital. Os autores dão particular destaque aos interesses do capital estrangeiro.

O ensaio "A Hiléia e a Ocupação Racional da Amazônia", do almirante da reserva Roberto Gama e Silva, faz um apanhado da situação atual da cobertura florestal da Amazônia, sua tipologia e distribuição, apresentando e discutindo uma proposta de "disciplina de ocupação". Embora demonstre preocupação com "o ritmo com que se alastra a devastação" (50 mil km^2 por ano), o autor, em seu modelo de "ocupação racional", ao mesmo tempo em que destina cerca de 50% do território à preservação permanente, defende com entusiasmo os aproveitamentos hidrelétricos previstos (111 usinas), desde que não sejam construídos com o "desmazelo criminoso" de Tucuruí, Balbina e Samuel. Destaca, ainda, "dentre as demais opções embutidas nos usos múltiplos, a especial vocação minero-industrial". Minérios e energia são bens de extraordinário valor para o bem-estar dos brasileiros, diz ele. Quanto aos brasileiros índios, a disciplina de ocupação preconizada pelo autor prevê a inclusão das "áreas destinadas aos índios aldeados" (sic) como unidades oficiais de preservação, "desde que se tenha o cuidado de demarcar os núcleos centrais", o que equivale ao confinamento dos índios em módulos rurais.

"A questão indígena e os interesses minerários na Constituinte", de Manuela Carneiro da Cunha (ABA) e Wanderlino Teixeira de Carvalho (Conage) é uma peça documental desde já histórica. Os autores reproduzem, de início, as principais conclusões do dossiê *Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia* (Cedi/Conage), sobre a incidência de 1.685 pedidos de pesquisa e de 560 alvarás em 77 áreas indígenas. A seguir, apresentam e discutem as várias propostas das entidades para a Constituinte e reconstituem a trajetória de retrocesso que o assunto teve até o encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização (novembro de 87), principalmente em virtude da ofensiva lobista dos empresários e da campanha do jornal *O Estado de São Paulo* contra o Cimi e a Igreja. ("No meio do caminho tinha uma pedra/nunca me esquecerei desse acontecimento").

O quarto trabalho, "Carajás: patrimônio nacional", do geólogo Breno Augusto dos Santos, apresenta os dados mais recentes sobre o potencial mineral de Carajás e a situação atual dos projetos minero-metalúrgicos em desenvolvimento. O autor constata que o Programa Grande Carajás "hoje é palco de conflitos e destruição" e chama a atenção para o urgente encontro de soluções que reordenem a sua ocupação.

A situação atual das atividades minerais na Amazônia é apresentada no quinto ensaio pelos geólogos Armando Cordeiro e Artur Bernardelli. É uma listagem pormenorizada das empresas e seus programas, abrangendo a pesquisa mineral, a mineração, as jazidas bloqueadas, os principais projetos governamentais e minero-metalúrgicos e os principais garimpos de ouro.

O último texto é um estudo de caso: o projeto Albrás/Alunorte. Paulo Sá e Isabel Marques, economistas do CNPq, examinam a concepção deste megaprojeto de produção de alumínio que se arrasta há 15 anos. Passo a passo, mostram os descaminhos da Companhia Vale do Rio Doce e do governo brasileiro, a posição sempre caudatária em relação ao sócio japonês e o beco sem saída em que o projeto atualmente se encontra. É um caso emblemático que desmitifica o discurso da "soberania nacional" e mostra a verdadeira face do modelo de exploração mineral na Amazônia.

No conjunto, a coletânea é valiosa, sobretudo pela grande quantidade de informações e dados atualizados sobre a Amazônia. Os textos são, todavia, diversificados e carecem de articulação; em quase todos, o único liame é um certo viés nacionalista acrítico, matizado de um texto para outro. O leitor saberá relevar as idiossincrasias e aproveitar o livro.

Gerôncio Albuquerque Rocha é geólogo e membro do Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Geologia.

Leonardo da Vinci

(1452-1519)

Nada haverá na terra...
Limite algum haverá para a maldade deles,
que com sua selvageria irão derrubar
as grandes árvores das florestas da terra.

Depois de saciados,
nutrirão o desejo de espalhar
a morte, o sofrimento,
a desgraça, as guerras e a devastação,
não importa contra quem
ou contra o que,
desde que tenha vida...

Nada haverá na terra,
no subsolo, na água,
que não será perseguido,
desalojado,
corrompido e transferido
de um país para outro.